

Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy - UNIGRANRIO
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes

Emerson Rosa Santana

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO EM IES: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A CPA DA UNIGRANRIO**

DUQUE DE CAXIAS - RJ

2019

Emerson Rosa Santana

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO EM IES: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A CPA DA UNIGRANRIO**

Orientador: Prof. Dr. Angelo Santos Siqueira

Coorientador: Prof. Dr. Herbert Gomes Martins

Texto de defesa de dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO, como requisito à obtenção do título de Mestre.

DUQUE DE CAXIAS – RJ

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NUCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

S232c Santana, Emerson Rosa.

Comissão Própria de Avaliação em IES: um estudo de caso sobre a CPA da UNIGRANRIO / Emerson Rosa Santana. - Duque de Caxias, 2019.
99 f.: il; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2019.

“Orientador: Prof. Dr. Angelo Santos Siqueira ”.

“Coorientador: Prof. Dr. Herbert Gomes Martins”.

Bibliografia: f. 83-91.

1.Educação. 2. Avaliação Institucional. 3.Comissão Própria de Avaliação (CPA). 4. Ensino Superior – Avaliação. I. Siqueira, Angelo Santos. II. Martins, Herbert Gomes. III. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. IV. Título.

CDD – 370

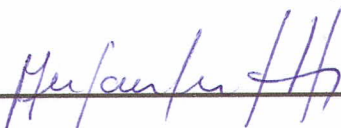
Emerson Rosa Santana

**Comissão Própria de Avaliação em IES: Um Estudo de Caso sobre a CPA da
Unigranrio.**

Exemplar apresentado para avaliação pela banca examinadora em

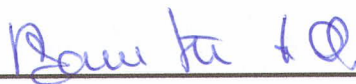
16/04/2019

Aprovado pela banca examinadora:



Prof. Dr. Angelo Santos Siqueira
Orientador

UNIGRANRIO



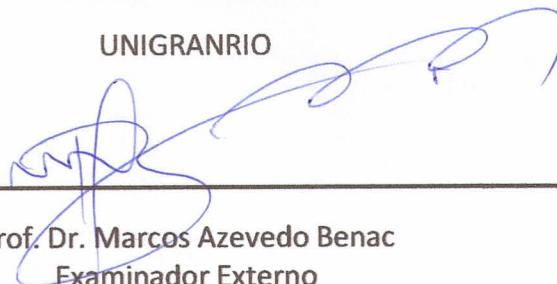
Profª. Drª. Rosane Cristina de Oliveira
Examinador Interno

UNIGRANRIO



Prof. Dr. Luciano Freitas do Nascimento
Examinador Interno

UNIGRANRIO



Prof. Dr. Marcos Azevedo Benac
Examinador Externo

UFRRJ

*“Para entender o que o outro diz,
não basta entender suas palavras,
mas também seu pensamento e
suas motivações.”*
(Lev Vygotsky)

Dedico este trabalho ao meu pai Paulo, à minha esposa Caroline, meus irmãos Guilherme e Eduardo, à minha mãe Raquel (*in memoriam*) e a todos os queridos familiares que me apoiaram e acreditaram em mim em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amparo, proteção e força para sempre seguir em frente e alcançar os objetivos.

Ao meu pai, esposa e familiares, pelo incentivo e auxílio nesta caminhada, pois sem eles, possivelmente não seria possível.

Aos queridos professores Angelo e Herbert que me orientaram neste trabalho e me deram o apoio e conhecimento necessário para possibilitar a construção deste projeto de pesquisa.

Aos professores da banca, Marcos, Luciano e Rosane pelas consideráveis contribuições para o enriquecimento do trabalho.

Aos dirigentes, professores e funcionários da Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy” – UNIGRANRIO, que anelaram o sucesso desta pesquisa.

A todos os membros da estimada Comissão Própria de Avaliação da UNIGRANRIO que contribuíram direta e indiretamente para o alcance dos meus objetivos.

RESUMO

SANTANA, Emerson Rosa. **Comissão Própria de Avaliação em IES: Um estudo de caso sobre a CPA da UNIGRANRIO**. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, UNIGRANRIO. Duque de Caxias - RJ. 2019.

A lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES propiciou uma sistematização da avaliação educacional no país e promoveu consideráveis mudanças na educação superior brasileira, sobretudo, através do artigo 11 da Lei nº 10.861/2004 que instituiu as Comissões Próprias de Avaliação, com intuito de conduzir os processos avaliativos internos e prestar informações e auxílio às avaliações externas. Neste sentido, o presente estudo tem por objetivo analisar a importância e atuação da Comissão Própria de Avaliação da Universidade do Grande Rio “Professor José de Souza Herdy” – UNIGRANRIO, além de averiguar suas contribuições para a melhoria dos serviços educacionais prestados. A autoavaliação é essencial para adquirir o autoconhecimento e a partir destas análises, contribuir com políticas institucionais de melhoria acadêmica, de infraestrutura, pedagógica, relacional e até mesmo mercadológica. Neste sentido, este trabalho se baseou no Estudo de Caso de natureza única, pois o olhar da pesquisa foi direcionado a uma comissão de avaliação que apresenta características próprias e legítima forma de atuação autônoma. Seguindo a metodologia, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que possibilitaram entender e analisar a história da CPA, sua pertinência e contribuições para a universidade. Os resultados apontaram a eficiência do trabalho da CPA e das conquistas de uma cultura avaliativa, como também indicaram a necessidade de buscar mecanismos que possibilitem uma melhor visibilidade por parte da comissão, além de arraigar a cultura avaliativa ao corpo de funcionários da IES.

Palavras-Chave: Avaliação Institucional, Comissão Própria de Avaliação, Educação.

ABSTRACT

SANTANA, Emerson Rosa. **Internal Evaluation Commission in Higher Education Institution: a case study the CPA of UNIGRANRIO**. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, UNIGRANRIO. Duque de Caxias - RJ. 2019.

The law of the National System for the Evaluation of Higher Education (SINAES) provided a systematization of the educational evaluation in the country and promoted considerable changes in Brazilian higher education, especially through article 11 of Law 10.861 / 2004, which instituted its own Evaluation Commissions, to conduct the internal evaluation processes and provide information and assistance to external evaluations. In this sense, the present study aims to analyze the importance and performance of the University of Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy" - UNIGRANRIO, in addition to assessing its contributions to improve the educational services provided. Institutional self-evaluation is essential to acquire self-knowledge and from these analyzes, contribute to institutional policies of academic, infrastructure, pedagogical, relational and even marketing improvement. In this sense, this work was based on the Case Study of a unique nature, since the research was directed to an evaluation commission that presents its own characteristics and legitimate form of autonomous action. Following the methodology, semi-structured interviews were carried out to understand and analyze the history of the CPA, its relevance and contributions to the university. The results pointed to the efficiency of the work of the CPA and the achievements of an evaluation culture, as well as the need to seek mechanisms that allow a better visibility by the commission, besides rooting the evaluation culture to the staff of the university.

Key Words: Institutional Evaluation, Internal Evaluation Commission, Education.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ESTRUTURA ACADÊMICA	44
QUADRO 2 - NOVA ESTRUTURA ACADÊMICA	45
QUADRO 3 - CURSOS DE GRADUAÇÃO.....	47
QUADRO 4 - PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	50
QUADRO 5 - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i>	51
QUADRO 6 - <i>CAMPI</i> E UNIDADES.....	52
QUADRO 7 - <i>POLOS PARCEIROS</i>	53
QUADRO 8 - COMPOSIÇÃO CPA UNIGRANRIO	63

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ETAPAS DA AVALIAÇÃO INTERNA	36
FIGURA 2 - ESTAÇÃO DE MERITY.....	39
FIGURA 3 - CAMPUS SEDE DA UNIGRANRIO NA DÉCADA DE 1970	41
FIGURA 4 - CAMPUS SEDE DA UNIGRANRIO ATUALMENTE	42
FIGURA 5 - CAMPUS SEDE DA UNIGRANRIO ATUALMENTE	42
FIGURA 6 - PEÇA PUBLICITÁRIA 1	65
FIGURA 7 - PEÇA PUBLICITÁRIA 2	66
FIGURA 8 - PEÇA PUBLICITÁRIA 3	66
FIGURA 9 - 1º CLICK AVALIAÇÃO.....	68
FIGURA 10 - 2º CLICK AVALIAÇÃO.....	69
FIGURA 11 - VISITAS IN LOCO 2014-2018	71
FIGURA 12 - MUDANÇA DE VISUAL DA CARTA RESPOSTA.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - 7ª AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – CPA UNIGRANRIO	74
GRÁFICO 2 - 8ª AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - CPA UNIGRANRIO	74
GRÁFICO 3 - 9ª AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - CPA UNIGRANRIO	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, AUTOAVALIAÇÃO E COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO	25
1.1 Serviços educacionais.....	26
1.2 O trabalho da avaliação no diálogo com o aluno.....	28
1.3 A Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação	31
1.4 O SINAES	32
1.5 As Comissões Próprias de Avaliação no Brasil	34
2 A UNIVERSIDADE UNIGRANRIO	38
2.1 Inserção Regional.....	38
2.2 Breve Histórico da UNIGRANRIO.....	43
2.3 A avaliação na Universidade do Grande Rio.....	53
3 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIGRANRIO	58
3.1 Os avanços das tecnologias de comunicação e informação para a sociedade ..	58
3.2 A Comissão Própria de Avaliação no uso de suas atribuições	63
3.3 O Uso das <i>TIC's</i> pela Comissão Própria de Avaliação da UNIGRANRIO	70
3.4 Metodologia utilizada.....	76
3.5 A importância das Comissões Próprias de Avaliação para o ensino superior brasileiro.....	77
3.6 O uso das <i>TIC's</i> pela Comissão Própria de Avaliação	78
3.7 A pertinência da CPA na UNIGRANRIO para a melhoria da qualidade institucional.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS E FUTUROS TRABALHOS	82
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	93

LISTA DE SIGLAS

ADESA	Assessoria de Desenvolvimento Acadêmico
AFE	Associação Fluminense de Educação
CAP	Colégio de Aplicação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCD	Comissão de Carreira Docente
CEDUC	Centro Educacional de Duque de Caxias
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
D.O.U	Diário Oficial da União
EaD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
FABOR	Fábrica de Artefactos de Borracha, S.A.
FATENP	Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça
GERES	Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior
GRU	Guia de Recolhimento da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBA	Master Business Administration
NEaD	Núcleo de Educação a Distância
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa da Reforma Universitária
PDC	Policlínica Duque de Caxias
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
PROAC	Pró-Reitoria de Administração Acadêmica
Prof	Professor
PROGRAÇA	Programa de Alfabetização Digital Graça de Deus
PROGRAD	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROPEP	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
PROPEX	Pró-Reitoria de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> e Extensão
REDUC	Refinaria Duque de Caxias
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TIC's	Tecnologia de Informação e Comunicação
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio

INTRODUÇÃO

Em um curto espaço de tempo percebe-se, mesmo de maneira informal, que a sociedade tem evoluído de forma muito rápida e acelerada, principalmente em relação a questões sociais e tecnológicas. Com ela, o intenso movimento do dia a dia nos permite aproveitar as facilidades de um mundo cada vez mais conectado em suas redes de computadores, *tablets*, *smartphones*, eletrodomésticos, automóveis autônomos e infindáveis dispositivos eletrônicos. Segundo Levy (1999), o ciberespaço, ou seja, a grande rede virtual de comunicação, nos permite ampliar nosso aprendizado e evoluir nossas funções cognitivas, através do compartilhamento de informação com os diversos indivíduos inseridos nesta sociedade digital, desenvolvendo nossa inteligência coletiva. A educação se adequa e vai tomando nova forma ante ao avanço tecnológico. Dias Sobrinho (2005) afirma que a globalização nos trouxe um avanço sem precedentes no campo das pesquisas biológicas e um grau elevado de modernidade, afetando, sem dúvidas, todas as instituições. Com toda esta revolução do aprendizado e da educação, torna-se mais que essencial a busca por um melhor monitoramento da qualidade no ensino e dos serviços prestados nas instituições de ensino superior.

Segundo estudos de Kotler e Keller (2006) e Lovelock e Wirtz (2006), “serviço é qualquer ato ou desempenho, essencialmente intangível”, podendo ser ou não relacionado a um produto concreto. Concluem que para diferenciação no mercado, as organizações optam por agregar valor ao serviço ou simplesmente, oferecer um atendimento excelente. Eles salientam que os serviços apresentam quatro características específicas. São elas: intangibilidade, inseparabilidade, variabilidade e perecibilidade.

- Intangibilidade: os serviços, por não terem características físicas, não podem ser vistos, tocados, sentidos ou até mesmo provados antes de sua utilização. Com isso, os consumidores deduzem sua qualidade através das instalações físicas, equipamentos, pessoas, entre outras.

- Inseparabilidade: os serviços oferecidos são produzidos e consumidos simultaneamente, diferentemente dos produtos, que são produzidos, estocados e depois enviados para venda.
- Variabilidade: normalmente, não se consegue oferecer um serviço igual, todas as vezes, por conta disto, há uma variável de preço, serviço oferecido e percepção de qualidade.
- Perecibilidade: diferentemente dos produtos físicos, os serviços não são perecíveis, mas podem ser dificultados por conta de características específicas na consumação do serviço.

Paixão (2014) defende que os serviços são as atividades que as empresas desempenham aos consumidores. Nem sempre são passíveis de manuseio manual, como os produtos.

Algumas características de produtos, como cor, preço, *design*, formato, entre outros podem ser facilmente avaliados por quem o consome, e dessa forma, definir a percepção de qualidade, conforme nos mostra Lovelock e Wirtz (2006). Eles ainda nos dizem que os serviços podem apresentar características distintas em suas avaliações, como a ênfase na experiência que são percebidas após ou durante a utilização do serviço, ou através da credibilidade, que se torna, segundo eles, mais difícil de se escalonar a qualidade, pois depende de diversos fatores intangíveis.

Para Chizzotti (2014), a universidade era baseada no ensino-pesquisa e, sobretudo, a partir dos anos 1990 vinculou-se de maneira mais abrangente a extensão como forma de prestação de serviços à comunidade “patrocinada por organismos internacionais”. Ainda de acordo com o autor, este tripé ensino-pesquisa-extensão, junto ao conceito de educação como um serviço, possibilitou o surgimento de “um amplo mercado de ofertas educacionais pelas universidades”. Para tanto, com o desenvolvimento desse mercado, buscou-se uma atenção maior à qualidade dos serviços educacionais.

Os serviços educacionais apresentam características já descritas, como sua utilização durante sua execução e a necessidade de percepção de qualidade, por parte de quem consome este tipo de serviço. Para Xavier (1996),

Considerando a gestão dos sistemas educacionais, os fatores que têm sido apontados como essenciais para a qualidade do ensino são: o comprometimento político do dirigente; a busca por alianças e parcerias; a valorização dos profissionais da educação; a gestão democrática; o fortalecimento e a modernização da gestão escolar; e a racionalização e a produtividade do sistema educacional. (XAVIER, 1996, p. 7)

Com base na motivação em atingir a excelência educacional nas instituições de ensino superior, desenvolveu-se no país estudos voltados à autoavaliação institucional. Na concepção de Barreyro e Rothen (2006), a autoavaliação institucional assume papel importante nas instituições de ensino superior, promovendo a melhoria da educação, assim como parâmetros mercadológicos, a fim de promover competitividade, “prestação de contas” e não menos importante, contribuir com a melhoria dos serviços.

Para Chizzotti (2014), as reformas ocorridas na educação superior, impuseram a modernização das universidades, guiando-se através da “adoção de critérios de mercado, mecanismos internacionais de avaliação dos resultados educacionais e de classificação de instituições, cursos e diplomas”. Estas movimentações econômicas e de gestão emergiram, cada vez mais, a busca pela qualidade.

Conforme nos mostram Andreoli e Bastos (2017), o conceito de qualidade surgiu com o advento da industrialização e a naturalização dos novos modelos de produção. Com isso, chegou-se ao termo “Qualidade Total”, em que as empresas buscam desenvolver uma gestão focada no cliente e em sua satisfação, ao mesmo tempo em que reduz custos, otimiza tempo e produção. Mas afinal em que consiste o termo qualidade?

Para Dias Sobrinho (2008), qualidade pode ser assimilada como

(...) padrões previamente estabelecidos por especialistas e pelos membros de órgãos que definem os critérios e padrões através dos quais são controlados os setores acadêmicos e efetuadas as medidas. (p. 819)

Dessa forma, podemos entender que o conceito de qualidade está proporcionalmente relacionado ao setor, órgão ou sujeito que tem o poder de definir por onde se inicia o contexto de qualidade.

No ensino superior, o órgão que representa esta qualidade é formado pelo Ministério da Educação, que segundo Dias Sobrinho (2008), através do sistema

nacional de avaliação, almeja “uma concepção de avaliação comprometida com a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de cada uma e do conjunto das instituições educacionais”.

Nos tempos atuais, a busca pela qualidade é de suma importância para as organizações, no sentido de estar relacionada às necessidades mercadológicas, na procura pela retenção de clientes e na missão e visão de cada organização. Dificilmente ela conseguirá se manter por um longo tempo no mercado sem olhar mais atentamente para a qualidade de seus serviços oferecidos.

Todas as organizações (públicas, privadas e do terceiro setor) tendem a conhecer-se, a fim de propor melhorias na qualidade, no relacionamento, na produção, no atendimento, entre outras diversas políticas possíveis, conforme afirmam Kotler e Keller (2006). Não diferente em instituições de ensino superior, Pacheco (2005) afirma que:

Qualquer política pública em educação começa por uma boa avaliação. É a partir dela que traçamos o rumo de nosso trabalho e definimos as políticas que queremos implementar. Se a avaliação não é bem conduzida, todas as demais ações acabam tendo um vício de origem, que pode colocar vários obstáculos e gerar grande confusão na sua aplicação. (PACHECO 2005, p. 8)

Lovelock e Wirtz (2006) defendem que os consumidores têm realidades e necessidades distintas. A partir dessas necessidades, esses consumidores procuram satisfação pessoal através de produtos e serviços. Especificamente nos serviços, os consumidores criam expectativas e as confrontam com a experiência que tiveram. Os autores nos dizem que a qualidade percebida no serviço é realizada através da comparação entre o que o cliente recebeu ou presenciou e o que ele esperava receber. Ainda segundo os autores, o controle de qualidade é uma boa maneira de monitorar a satisfação que o público teve com o serviço, pois existem diversos problemas na qualidade da entrega, justamente pelo grande número de variáveis envolvidas no processo.

Neste trabalho, realizou-se um estudo de caso, descrevendo a cultura avaliativa da instituição e o histórico de sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), mapeando o uso das ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, tomando por base os avanços digitais obtidos ao longo dos últimos

anos e averiguando como a CPA se tornou uma comissão que contribui para a melhoria dos serviços de outros setores da universidade. De maneira geral, analisar de que forma a Comissão Própria de Avaliação contribui para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais prestados na UNIGRANRIO.

A avaliação institucional nos leva a um campo de identificação e mensuração da percepção de qualidade e nada é mais gratificante e motivador que um trabalho bem realizado e, conseqüentemente, o seu reconhecimento através dos resultados obtidos por ele. Desta forma, tenhamos bem definido que estamos em um mundo cada vez mais inspirado pela natureza avaliativa e em todos os ambientes e essencialmente na educação, devemos fazê-la com responsabilidade e comprometimento para o desenvolvimento pedagógico e melhoria contínua da aprendizagem. Partindo disto, pretende-se com o presente projeto analisar: **de que forma uma Comissão Própria de Avaliação Institucional pode contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços educacionais prestados?**

Objetivos Geral e Específicos:

Desse modo, apresenta-se como objetivo geral desta pesquisa, **identificar a pertinência da CPA para a UNIGRANRIO, pela análise do seu projeto, documentos, avaliações externas, ferramentas e entrevistas.**

Como desdobramentos, seguem como objetivos específicos:

- Descrever a cultura avaliativa da Universidade do Grande Rio, bem como as condições para o funcionamento das Comissões Próprias de Avaliação e, posteriormente, a história da CPA da UNIGRANRIO;
- Mapear o uso de ferramentas de tecnologia de informação e comunicação pela comissão, para aproximação da comunidade acadêmica e externa;
- Averiguar como a CPA se tornou uma comissão de avaliação para outras demandas da universidade.

Metodologia

A presente pesquisa foi embasada no método de estudo de caso, onde (GIL, 2008 p. 55, 56) afirma que este compreende um estudo amplo e exaustivo sobre determinado assunto, a fim de alcançar, conforme ressalta Yin (2001),

Uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores. (p. 21)

Segundo Yin (2001), utiliza-se, sobretudo, este método quando não existe controle sobre os eventos comportamentais e focaliza-se momentos contemporâneos. Ainda nos diz que as problematizações que apresentam a formatação da questão com palavras “como” ou “por que”, induzem ao estudo de caso explanatório, que leva ao entendimento que “tais questões lidam com ligações operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências” (YIN, 2001, p. 23). Yin (2001) afirma que diferentemente da pesquisa histórica, o estudo de caso tem características próprias, considerando o estudo em fatos contemporâneos, ele indica que este método apresenta “observação direta” e uma “série sistemática de entrevistas”, para ele, caso que usualmente não ocorre no trabalho de um historiador. Yin (2001) afirma que o estudo de caso, por vezes se entrelaça com a pesquisa histórica, mas a grande vantagem do estudo de caso, diante à histórica é seu poder de trabalhar com evidências. Este método permite-nos trabalhar com “documentos, artefatos, entrevistas e observações”. Além de permitir a “manipulação informal” por meio da “observação participante”.

Como métodos de coleta de dados, optou-se pela pesquisa documental e pesquisa de campo. É documental, pois a coleta de dados foi feita através das próprias avaliações já aplicadas pela CPA, realizando, a partir disto, a análise detalhada de seus dados e promovendo a organização dos mesmos e considerando também os diversos materiais e documentos, como relatórios institucionais, relatórios de avaliação, artigos científicos que a comissão produziu ao longo destes anos. Todo esse material utilizado, está disponível no site da CPA e com acesso livre ao público externo

<<http://www.unigranrio.com.br/comissoes/cpa.php>>. Conforme afirma Gil (2008),

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (p. 51)

Expõem Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), através dos pensamentos de Cellard (2008), que “a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros”.

Para Gil (2010) a pesquisa documental apresenta os documentos de primeira e segunda mão, sendo eles, respectivamente, material que teve um autor direto e o outro, que passou por análises, considerações e tratamentos. Desse modo temos os relatórios anuais de autoavaliação, fotografias, relatórios de avaliação de curso, relatórios de grupos focais que serão utilizados para obter importantes dados, além das leis que regem o funcionamento e monitoramento das CPA's.

É de campo, pois foram realizadas 3 entrevistas, levando em consideração a natureza da pesquisa. Elas foram semiestruturadas, onde segue-se um roteiro, mas se mantém abertura para que novas indagações surjam e novos rumos sejam tomados durante a coleta das informações.

As entrevistas buscaram sanar dúvidas sobre a trajetória da CPA nos últimos 5 anos, suas conquistas e desafios, além de averiguar o que a comissão pôde desenvolver e contribuir ao longo desses anos. As coletas de dados foram realizadas por meio de um questionário com perguntas norteadoras e registradas por meio de um gravador de áudio, para que as falas pudessem ser transcritas de maneira fidedigna e sem distorções. No caso em que não houve gravação, a fala foi anotada. Minayo e Sanches (1993) nos elucidam que

A fala exerce um papel vital na rápida transmissão de grandes quantidades de informação entre os diferentes elementos de um grupo. Quando se atinge o estágio da escrita, cria-se, então, a possibilidade do registro permanente, revisado e acumulado. (MINAYO & SANCHES, 1993, p. 240)

Para essas 3 entrevistas, o critério de escolha foi o segmento representativo da CPA. Para os segmentos da comissão, foram entrevistados um representante docente, um membro da sociedade civil e um membro técnico-administrativo, levando em consideração a abrangência dos setores da universidade. Todos os entrevistados se fizeram presentes nesses últimos 5 anos. Em relação à representação discente, foi feita uma meta-avaliação, com falas colhidas dos relatórios de visita aos *campi* e unidades realizadas anualmente pela CPA.

Justificativa

Como presente pesquisador, tomei o tema como objeto de pesquisa, por acreditar que a avaliação é fundamental para uma instituição de ensino e por estar relacionada à construção de um aprendizado de qualidade, além de estar diretamente ligado à Comissão Própria de Avaliação e, conseqüentemente, ter acompanhado sua evolução nos últimos 5 anos.

Cursei a graduação em Publicidade e Propaganda na Universidade do Grande Rio, e durante este período, trabalhei como monitor de sistema e suporte ao usuário na PROGRAÇA Digital, um projeto de alfabetização digital, em parceria com a Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde ministrei aulas durante 1 ano e 3 meses. Em seguida, exerci a função de estagiário em design gráfico na Stylus Formaturas, onde produzia as artes gráficas e desenvolvia as estratégias de endomarketing. Logo após, atuei como representante discente da Comissão Própria de Avaliação e estagiário da Assessoria do Gabinete, na Reitoria da UNIGRANRIO, durante 1 ano e 10 meses. Posteriormente, fui efetivado como funcionário e passei a representar o corpo técnico-administrativo da CPA, desenvolvendo o processo de comunicação e divulgação da Comissão. Atualmente atuo na Assessoria de Desenvolvimento Acadêmico (ADESA), responsável por toda a área de avaliação e regulação da universidade.

Ao longo do tempo, fui conhecendo, aprofundando e me identificando com a avaliação institucional, pela constante busca por melhoria, através dos relatórios de avaliação, grupos focais e até mesmo o contato com os diferentes públicos. O mercado publicitário é extenso, e em determinado ponto, a pesquisa

se encontra com a avaliação na educação e convergem-se em um objetivo: a melhoria da qualidade nos serviços oferecidos. Neste caso específico, serviços educacionais.

Por meio da legislação vigente, portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004 (BRASIL, 2004a),

Art. 7º As Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), previstas no Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e constituídas no âmbito de cada instituição de educação superior, terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.
§ 1º As CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior; (BRASIL, 2004a)

Portanto, todo o estudo sobre as contribuições da Comissão Própria de Avaliação é de grande valia para a comunidade acadêmica, no âmbito da organização e análise dos dados, do agrupamento dos resultados obtidos através do processo de avaliação e da metodologia aplicada nos trabalhos da comissão, a fim de gerar subsídios para políticas de melhoria da qualidade, estratégias de marketing, e servir de espelho para outras Comissões Próprias de Avaliação no meio educacional.

Espera-se que este estudo tenha uma contribuição significativa para um campo teórico ainda em construção, principalmente em nosso país, que é a avaliação e regulação do ensino superior. Além disso, almeja-se que contribua para o aperfeiçoamento da Comissão Própria de Avaliação da UNIGRANRIO e para a própria universidade, através da análise aprofundada de seu trabalho na instituição, no desenvolvimento da mensuração da qualidade e identificação das fragilidades, a fim de gerar políticas de gestão, na busca pela melhoria da qualidade do processo educacional.

Esta dissertação, além da introdução, possui mais três capítulos, descritos resumidamente abaixo:

O primeiro capítulo faz uma contextualização da educação, apresentando um embasamento teórico em autores importantes para as áreas de avaliação, educação, serviços e qualidade além de apresentar a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e as Comissões Próprias de Avaliação no Brasil.

O segundo capítulo aborda especificamente o *locus* da pesquisa e um

histórico da UNIGRANRIO, bem como o histórico de autoavaliação na IES.

O terceiro capítulo traz um estudo sobre os avanços tecnológicos e seu impacto na sociedade, trata sobre a criação da Comissão Própria de Avaliação da UNIGRANRIO e os avanços conquistados através do uso de tecnologias da informação e comunicação pela comissão, além de realizar a análise e discussão dos resultados da pesquisa, retomando a metodologia aplicada no trabalho.

1 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, AUTOAVALIAÇÃO E COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO

Esta pesquisa toma como fonte de pesquisa, leis e documentos oficiais do governo federal sobre avaliação e supervisão do ensino superior e os principais pesquisadores na área, trazem um grande embasamento teórico ao trabalho. São eles: José Dias Sobrinho, por sua reflexão a respeito da avaliação e os efeitos da globalização na educação; Dilvo Ristoff, por seu pensamento em relação à educação como forma de empoderamento da nação e de uma sociedade mais crítica; Pierre Levy, Vani Kenski e Mônica Fantin por seus estudos sobre a influência das tecnologias na sociedade e, consequentemente, na educação; Maria Cecília Minayo, por seus trabalhos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa social; Thereza Pena Firme, por seus estudos aprofundados nos avanços da avaliação e sua capacidade transdisciplinar; Jussara Hoffman, por suas análises em relação à desmistificação da avaliação; Ângela Carrancho, por seus estudos sobre novas tecnologias e avaliação em EaD; Maria Teresa Esteban, por suas análises a respeito da avaliação em sala de aula, como forma de construção do conhecimento; entre outros.

Para além da avaliação da aprendizagem, a avaliação institucional tem por base o autoconhecimento, o entendimento de um processo transparente e democrático na coleta e análise dos dados, a fim de identificar fragilidades e potencialidades para a construção de um caminho em busca da qualidade. Esta autoavaliação exige um trabalho cada vez mais voltado ao conhecimento da comunidade acadêmica como plural, representada por sujeitos com características próprias, bagagens culturais variadas e modos únicos de ver a instituição. Portanto, a avaliação não deve constituir-se de modo a se impor como verdade absoluta, mas produzir subsídios para que se possa dialogar e, junto ao avaliado e envolvidos na avaliação, encontrar maneiras para o constante desenvolvimento no processo de formação e na relação entre os sujeitos, conforme nos diz Dias Sobrinho (2008).

Os avanços tecnológicos que pudemos presenciar nos últimos anos serviram de base para os estudos de Kenski (2012), Levy (1999), Santaella (2003) e Valente e Mattar (2007). Eles nos mostram que a internet promoveu o

estreito contato com diferentes povos, facilitando suas relações sociais e contribuindo para o papel da globalização.

Para Valente e Mattar (2007), todas essas características e conquistas tecnológicas possibilitaram uma releitura da educação. Santaella (2003) complementa a análise identificando que antes de mais nada a cultura sofreu mudanças, alterou a forma como o ser humano se relaciona com o outro e o seu próprio ambiente. Estes autores apresentam as evoluções em termos de educação presencial e a sua evolução para a educação a distância, que cada vez mais conquista o seu lugar.

Levy (1999) já realiza uma análise mais profunda em termos de consequências deste desenfreado avanço digital e demonstra as características que elas podem causar na sociedade, se não houver um limite ou uma conscientização de seu uso.

A educação, bem como a avaliação sofreram grandes mudanças, a ponto de se adaptar a esta realidade. Ao passo que quanto mais avançamos numa abertura à discussão de políticas mais dialógicas, inclusivas e de aceitação das diferenças, a educação busca atender a essas demandas e conforme Penna Firme (2011) expõe em seus trabalhos, a avaliação necessitava acompanhar estes avanços. Podemos perceber que ela já busca caminhar nessa mesma estrada, rumo ao entendimento do Outro como parte integrante do coletivo e em busca dessa interdisciplinaridade.

Neste primeiro capítulo trataremos da teorização dos serviços, especificamente educacional, além da necessidade da avaliação como instrumento dialógico, para uma educação proveitosa.

1.1 Serviços educacionais

O serviço, como já vimos, recebe atenção importante nos dias de hoje. Para Lovelock e Wirtz (2011), os serviços eram entendidos originalmente como o trabalho realizado pelos servos aos seus senhores. Tempos depois este pensamento foi substituído e não mais visto como um exercício penoso, mas sim, como um ato de gerar benefício a outro, ajudar ou auxiliar.

A educação pode ser assimilada como uma modelagem do indivíduo nos conceitos culturais e nas especificidades de povos e regiões. Pinheiro (2014) demonstra que

os fins educacionais relacionam-se com os papéis ou funções que os indivíduos desempenham dentro da sociedade. Logo, a “educação” e a sua prática estão dependentes do tempo histórico e de fatores políticos, sociais, económicos e culturais. (2014, p. 11)

Com os efeitos da globalização, podemos perceber a educação não mais obtida através de uma só cultura ou de um só povo, mas por meio de um entrelaçamento de distintas concepções do mundo, bem como uma segregação cada vez mais latente entre os mais pobres e os mais ricos. Massey (2007) propõe em seu estudo, o entendimento de uma geometria do poder, que determina uma geografia em que em uma visão cartesiana, o norte do globo assume um controle econômico e social sobre o sul. Nesta concepção existe uma superioridade geográfica e econômica. Por esse modo, podemos entender que os povos dos continentes localizados ao norte possuem mais condições econômicas e, conseqüentemente, melhores oportunidades de desenvolvimento tecnológico. Esses fatores tecnológicos são melhores observados à frente.

O serviço educacional promove subsídios para o educando, no sentido de abertura ao diálogo com o outro e com o mundo. Dessa forma, a instituição educacional necessita acolher as diferentes concepções da realidade humana, como Freire (1996) nos mostra que não devemos negar o respeito aos conhecimentos que os alunos trazem consigo.

Para Cury (2014), a educação que antes era trabalhada de modo vertical, a partir dos anos seguintes à constituição de 1988, procura-se expor um aspecto mais democrático através da busca por marcos regulatórios, pactos nacionais e até mesmo a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB). A partir deste pensamento, podemos entender a concepção de uma educação para todos e a fim de construir uma sociedade com participação crítica no país.

Conforme expõem Dias Sobrinho (2008) e; Ferri, Souza e Correa (2017), junto ao mercado educacional, sobretudo a partir dos anos de 1980 houve um aumento das IES privadas, alinhado à globalização e às práticas neoliberais.

Todo esse movimento gerou a necessidade de certificação da qualidade dos serviços que eram prestados pelas instituições de ensino superior.

Para Dias Sobrinho (2008), a certificação de qualidade ou avaliação da qualidade se dá pela acreditação, que o autor define como prática relativa à atuação pública de uma instituição, assegurando sua qualidade perante a sociedade. Os critérios para certificação são, para o autor, definidos previamente e validados pelo governo.

Segundo Mota (2009), a alta competitividade, como consequência dos avanços da globalização, exige que as IES busquem novas estratégias de marketing para que continuem atuantes no mercado. Todo este movimento gera uma busca por qualidade educacional.

1.2 O trabalho da avaliação no diálogo com o aluno

A avaliação é capaz de gerar dados para tomadas de decisão, continuidade de um trabalho ou sua interrupção. Promove a orientação pedagógica, alinhamento dos procedimentos, além de “mensurar” o conhecimento do aluno através de uma nota atribuída a ele, afirma Esteban (2003). Esta última possibilidade é extremamente delicada, pois a avaliação escolar, em si é um procedimento solitário e por vezes autoritário, no sentido de se utilizar parâmetros para definir o grau de conhecimento. É, contudo, arriscado, definir por meio de uma nota o sucesso da aprendizagem de um aluno, pois entre o ato de ensinar e o resultado obtido em uma prova podem existir diversos fatores que contribuem para o “sucesso” ou “insucesso”. Portanto, precisamos analisar qual critério nos baseamos para que o aluno tenha tido um proveito satisfatório.

Para Silva (2004), o modelo pedagógico em que estamos inseridos, este mesmo em que nos ambientamos ao longo de nossa formação, foi incorporado na sociedade com objetivo de desenvolver um lado mais tecnicista. O autor ainda discute sobre as reflexões a respeito da prioridade que é dada ao capital, por parte de algumas IES e escolas. Silva (2004) nos mostra que a educação se transforma em moeda de troca. Segundo Renaud e Patrício (2012) “a educação

vem sendo vista gradualmente como um produto comercial para ser comprado e vendido, como um bem privado”.

Claro que devemos levar em consideração que a educação é vendida como um serviço, mas necessitamos pensar para além destas concepções. Muito além da venda de um serviço, e conseqüentemente o consumo por seus alunos, expressos na figura de clientes, devemos assimilar a educação como fundamento, como pedra angular para o funcionamento de uma sociedade. Como propõe Dussel (1977), sua filosofia deve ser instrumento de evolução para o ser humano, para uma prática reflexiva que auxilie por meio da educação, como ferramenta de evolução da sociedade e abertura à dialética. Ver o *Outro* como alguém que pensa o mundo distintamente, permitindo o diálogo e o respeito.

Sem dúvidas há de se repensar a educação, a ponto de permitir o real foco naquele que é o principal sujeito: o aluno. Mais além, ele não pode ser considerado apenas um número, sobretudo devemos nos ater à consciência de que o educando é um ser pensante e que apresenta de modo pessoal sua forma de se apropriar do conhecimento.

Conforme Dussel (1977) nos mostra, o sujeito não é um “*Eu absoluto*” e está condicionado ao seu cotidiano, sua cultura, sua historicidade. Dessa forma, precisamos levar em consideração toda a sua bagagem cultural, social e trazê-la à sala de aula, para que possamos entender o educando e propiciar a melhor aprendizagem a cada um deles. De certo que nada será possível se não houver a abertura ao debate, para que surjam mudanças, pois só a partir da evolução do pensamento abissal para uma ecologia de saberes, como afirma Sousa Santos (2007), teremos base para estruturar nossa sociedade em condição de umas práxis interdisciplinar. Ele nos diz que essa ecologia de saberes se baseia no interconhecimento, ou seja, as linhas que dividem os conhecimentos científicos e não-científicos precisam se cruzar e trabalhar em conjunto. Precisamos aliar os conhecimentos científicos aos populares, a fim de propiciar um pensamento mais humano e consciente, conforme indaga Freire (1996), “*Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social dos educandos?*”.

O educador necessita considerar os aspectos característicos de cada um, se abrindo ao entendimento de que cada aluno tem sua especificidade. As experiências obtidas ao longo da vida são importantes para sua evolução como ser humano e para Freire (1996)

Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas. O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude. (...) O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história. (FREIRE, 1996, p. 136)

A avaliação educacional tem papel fundamental no processo pedagógico e promove a constante busca por um ensino com empenho, envolvendo todos os níveis de uma instituição de ensino, seja ela escola ou universidade. Desta forma, necessitamos entender o aluno como parte integrante e primordial desta composição, pois sem ele, não haveria razão de ser. Devemos nos pautar no compromisso com a qualidade educacional, permitindo o diálogo com os diferentes sujeitos, compreendendo a percepção da qualidade dos serviços prestados pela instituição como um todo, nas relações cíclicas entre professor, aluno e funcionário.

A estrutura do constante diálogo com o aluno e com a comunidade acadêmica em geral, se traduz na proposta das comissões próprias de avaliação em obter uma capilaridade representativa no corpo de membros. Para Martins e Ribeiro (2017), o engajamento dos discentes é extremamente necessário para que se note as necessidades prementes e possa agir com assertividade. Além disso, permite contribuir para a melhoria dos processos e instrumentos avaliativos dentro das instituições de ensino.

1.3 A Autoavaliação Institucional e Comissões Próprias de Avaliação

Voltando um pouco no tempo, Cury (2017) nos mostra que no período entre 1980 e 1990 surgiram trabalhos sobre avaliação de IES e nesse mesmo momento, o desenvolvimento do Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), onde avaliavam as “reais condições das atividades de produção e disseminação do conhecimento”. Não se sabe bem ao certo a razão, mas esse programa não foi concretizado.

Entre as décadas de 1980 e 1990 foi um período de grandes atividades sociais e políticas, por esse modo, necessitava-se pensar a educação em uma nova esfera. O ensino superior privado estava em alta, com diversas IES surgindo, mas sem uma especial atenção com a qualidade do ensino.

Ainda na década de 1980, foi criado o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (GERES), tendo por finalidade estudar propostas de avaliação das instituições de ensino superior reguladas pelo Governo.

Nos anos 1990, no governo do ex-presidente José Sarney de Araújo Costa, foi definido o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), um programa de avaliação institucional instituído pelo Ministério de Educação (MEC), com o intuito de que as instituições de ensino realizassem avaliações internas, participassem dos processos de avaliação externa e mantivessem a reavaliação, a fim de promover a melhoria de qualidade de suas instituições, para o uso de políticas na gestão administrativa e acadêmica, conforme afirma Menezes e Santos (2001).

Foi criado durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um projeto que já se imaginava desde o ex-presidente José Sarney, e se concretizou na lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, SINAES (BRASIL, 2004b), que tem por objetivo melhorar a qualidade das instituições através das avaliações de curso, desempenho acadêmico e dos estudantes, conforme lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

§ 1o O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004b)

De certa forma o projeto de um sistema nacional de avaliação já havia sido idealizado bem antes de sua implementação, na época em que o país passava da ditadura militar para uma esfera democrática, conforme Cury (2017) demonstra em seus estudos. Dias Sobrinho (2003) nos mostra que as IES criavam grupos de docentes e identificavam a necessidade de estudar o papel das instituições e uma reformulação universitária, além de uma avaliação constante e sistêmica para o desenvolvimento de políticas públicas. O autor nos mostra, ainda, que o fundamento deste sistema busca se basear na avaliação institucional aliada a outros instrumentos que auxiliam a busca pela transparência institucional, levando em consideração as distintas realidades e especificidades de cada Instituição de Ensino Superior.

1.4 O SINAES

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que atualmente é gerido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao MEC, veio corroborar com essa redemocratização da nação e com os primeiros projetos de avaliação, surgidos ao longo dos anos anteriores à lei. Ela foi parte de um longo processo de descoberta de um desejo de melhoria da qualidade das instituições de ensino. Segundo Dias Sobrinho (2003) ela foi instituída, buscando promover a responsabilidade social, democracia, diversidade, autonomia e identidade, além de respeitar as especificidades e realidades de cada instituição. Dias Sobrinho (2003) ainda afirma que

Se a avaliação é um processo que busca melhorar a qualidade, aumentar a quantidade do serviço público educacional e elevar a eficácia institucional, a conscientização dos agentes e a efetividade acadêmica e social, então implementar a cultura da avaliação é uma exigência ética. (DIAS SOBRINHO, 2003, p.65)

O SINAES apresenta três grandes processos, como: “avaliação das instituições; avaliação dos cursos de graduação; e avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE)”, conforme nos mostra o documento das Diretrizes para Avaliação das Instituições de Ensino Superior (BRASIL, 2004c). Este sistema se baseia em 10 eixos. São elas, segundo o art. 3º da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004b):

- Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;
- Responsabilidade Social da instituição;
- Comunicação com a sociedade;
- Políticas de pessoal do corpo técnico-administrativo e docente;
- Organização de gestão da instituição;
- Infraestrutura física;
- Planejamento e avaliação;
- Políticas de atendimento aos discentes e;
- Sustentabilidade Financeira.

Segundo BRASIL (2004b), a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), foi criada tendo por finalidades: desenvolver propostas de melhorias para as instituições de ensino superior, baseando-se nas análises dos processos avaliativos; promover critérios padronizados de avaliação e supervisão da educação superior; propor diretrizes para a seleção e designação de comissões avaliativas, entre outras atribuições. De acordo com a lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, a Comissão é constituída por:

- Um representante do INEP;
- Um representante da CAPES¹;

¹ A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951, através do Decreto 29.741, para "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país".

- Três representantes do MEC;
- Um representante do corpo discente das instituições de ensino superior;
- Um representante do corpo docente das instituições de ensino superior;
- Um representante do corpo técnico-administrativo das instituições de ensino superior e;
- Cinco membros com notório saber, indicados pelo MEC.

As diretrizes do SINAES fortaleceram a construção e a institucionalização da autoavaliação através das Comissões Próprias de Avaliação. Segundo Galdino (2011), a “avaliação institucional é um dos componentes básicos do SINAES” abarcando a autoavaliação que é conduzida e acompanhada pelas Comissões Próprias de Avaliação e pelas avaliações externas, realizadas por Comissões de Avaliação designadas pelo INEP, seguindo as diretrizes do CONAES.

Portanto, as Comissões Próprias de Avaliação (CPA's) surgiram da necessidade legal de se obter um conhecimento profundo dos pontos fortes e das fragilidades de uma instituição de ensino superior como um todo, tendo importante participação nos processos de avaliação interna e externa, prestando em momentos oportunos, informações ao INEP, conforme roga a lei do SINAES (BRASIL, 2004b), outrora citada.

1.5 As Comissões Próprias de Avaliação no Brasil

As Comissões Próprias de Avaliação, como relatado anteriormente, surgiram através de longos debates a respeito de um sistema que englobasse a avaliação interna e externa, além da regulação de cursos e padronização entre as diferentes instituições de ensino.

Antes mesmo da existência do SINAES e das CPA's, tivemos grandes propostas para a avaliação da educação superior no Brasil. Entre elas, conforme expõe Barreyro e Rothen (2006): o Programa de Avaliação da Reforma

Universitária (PARU); Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB); e estudos do Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES). Estes foram marcos fundamentais no desenvolvimento de um sistema nacional de avaliação do ensino superior, e sua criação teve embasamento com a promulgação da Constituição de 1988, em que ainda segundo Barreyro e Rothen (2006), o artigo 209 demonstra a necessidade por uma “educação livre à iniciativa privada” e informa que o poder público estará à frente das normas gerais da regulação e avaliação.

De acordo com o Decreto nº 2.026 de 10 de outubro de 1996 (BRASIL, 1996), o processo avaliativo já desenhava o rumo do grande sistema de avaliação que foi estipulado pela lei do SINAES, com avaliações sistemáticas, tanto externas, quanto internas, levando em consideração a oferta de cursos por região, além da utilização de indicadores e resultados do Exame Nacional de Cursos (ENC)². Este exame, segundo Verhine, Dantas e Soares (2006), foi criado em 1995 com a lei 9.131, onde se iniciou sua aplicação. Para eles, a nova estrutura da avaliação no Brasil manteve algumas características do “Provão”, mas deixou claro as diferenças entre a avaliação institucional e avaliação de cursos, tendo como um terceiro pilar o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), sendo este, similar ao “Provão”, mas com uma maior abrangência, preenchendo lacunas antes não respondidas pelo ENC, conforme expõe Verhine, Dantas e Soares (2006).

Para Augusto (2007), “os processos de avaliação objetivando a melhoria da qualidade de ensino”, assim como a “regulação do setor, para a acreditação de instituições de ensino e cursos”, foi possibilitada por amplas mudanças na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Segundo ela, nos anos 1990 houve um aumento considerável na quantidade de instituições de ensino superior e este fator contribuiu para a atenção na qualidade da educação superior no Brasil.

² Segundo Grispino (2000) o Exame Nacional de Cursos (ENC) ou “Provão”, como era popularmente conhecido, foi definido pelo Decreto nº 2.026 de 10 de outubro de 1996, para avaliar os diferentes cursos de graduação no país, a fim de contribuir para a “qualidade da aprendizagem”.

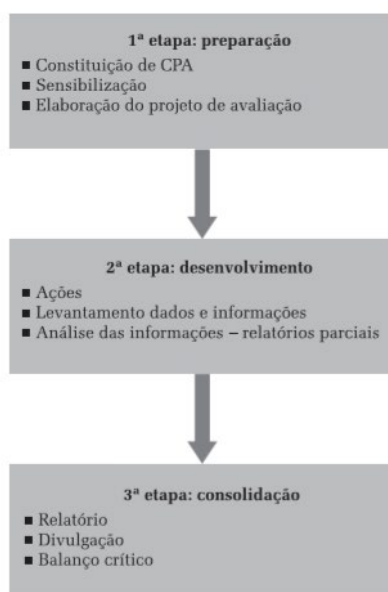
Depois de diversos estudos e debates sobre a importância da avaliação e da regulação, foi definida e concretizada a lei do SINAES, citada em capítulos anteriores e em seu Art. 11º afirma que

Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA (...) com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. (BRASIL, 2004b)

Em conformidade com o Roteiro de Auto-avaliação Institucional 2004 (BRASIL, 2004d), a avaliação interna permite que a instituição de ensino superior construa “conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social” e nesse sentido ainda nos diz que a “auto-avaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a IES”. As Comissões Próprias de Avaliação surgem para desenvolver o processo de autoconhecimento e análise dos pontos fracos e fortes de uma IES.

No ano de 2004, após a criação da Lei do SINAES, deu-se por iniciada a estruturação da avaliação interna. Para tanto, o Roteiro de Auto-avaliação Institucional 2004 (BRASIL, 2004d) nos informa que existiam etapas para a construção deste processo, conforme figura a seguir.

Figura 1 - Etapas da Avaliação Interna



Fonte: SINAES (BRASIL, 2004).

A primeira etapa consistiu na estruturação das CPA's nas IES, com suas representações de corpo docente, discente, técnico-administrativo e sociedade civil. Além disso, a sensibilização da comunidade acadêmica para com o processo da avaliação institucional e sua implementação. Em seguida, a elaboração do projeto de avaliação de cada IES, descrevendo e demonstrando como realizaria o processo avaliativo. O desenvolvimento relacionava-se à segunda etapa, que tratava das ações realizadas, a coleta dos dados e suas respectivas análises iniciais. Por fim, a etapa de consolidação, que envolvia o relatório final, após levantamento, tabulação e discussão das informações, publicização dos resultados obtidos e suas análises posteriores, em relação ao processo e dados colhidos.

Sem dúvidas o ano da criação desta engrenagem avaliativa e, conseqüentemente, das CPA's foi de grande reação em torno da avaliação educacional e todo este movimento permitiu a sistematização dos processos avaliativos no Brasil, além de promover a regulação de abertura de novos cursos, renovação, manutenção de vagas oferecidas, entre outras atividades. Estes processos ficariam a cargo de docentes de diversas instituições do país, treinados para exercer tais funções. Dentre as responsabilidades dos avaliadores, estariam a importância do exercício da função com a busca pela imparcialidade e atenção às particularidades e realidade das diferentes instituições de ensino superior, seja ela particular ou privada; pequeno, médio ou grande porte. As Comissões Próprias de Avaliação, ao longo dos anos, tiveram seu período de maturação e autoconhecimento, em busca da constante melhoria da qualidade educacional.

2 A UNIVERSIDADE UNIGRANRIO

A Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), reconhecida como universidade em 1994, por meio da Portaria Ministerial nº 940/94 D.O.U de 17 de junho de 1994, é uma instituição de ensino que tem sua sede localizada na região da Baixada Fluminense³, na cidade de Duque de Caxias⁴, estado do Rio de Janeiro.

2.1 Inserção Regional

Duque de Caxias é um município da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019) e página oficial da Câmara Municipal de Duque de Caxias (2019), a cidade possui atualmente uma população estimada em 914.383 de pessoas, densidade demográfica de 1.828,51 habitantes por km² e área de unidade territorial de 467,271 km² de acordo com o estudo realizado em 2017. O salário médio dos trabalhadores formais é de 2,7 salários mínimos, segundo o último censo realizado em 2016.

Segundo Camaz (2015), Duque de Caxias tem o refino de petróleo como base de seu crescimento econômico com a Refinaria Duque de Caxias (REDUC). A refinaria fica localizada às margens da Baía de Guanabara, no bairro Jardim Primavera. Ainda de acordo com o autor, a cidade de Duque de Caxias possui cerca de 810 indústrias e 10 mil estabelecimentos comerciais na região. A cidade tem a presença de grandes empresas, a saber: *Carrefour*, *Jornal O Globo*, rede de hotéis *Best Western*, *Coca-Cola*, *Sadia*, *Ciferal*, *White Martins*, entre outras.

Camaz (2015) expõe a boa localização do município de Duque de Caxias, com as principais rodovias, como Rodovia Washington Luís, Linha Vermelha,

³ A Baixada Fluminense é uma região do Estado do Rio de Janeiro que congrega 13 municípios, grande parte deles em torno da Baía de Guanabara. A baixada recebe este nome, justamente por sua característica de grandes planícies e baixadas. Historicamente, havia uma enorme migração de pessoas carentes para estas cidades, por conta disto são considerados municípios dormitórios, pois uma grande massa da população trabalha na capital do Rio de Janeiro.

⁴ Duque de Caxias é considerado um dos municípios com maior área territorial da região.

Linha Amarela, Avenida Brasil e Rodovia Presidente Dutra. Sua localização privilegiada facilita também acesso ao aeroporto internacional Tom Jobim.

A cidade de Duque de Caxias, onde é localizada a sede da UNIGRANRIO, segundo a Lacerda (2003), entre 1931 e 1943 fez parte da cidade de Nova Iguaçu, também pertencente à Baixada Fluminense. Duque de Caxias pertencia ao 8º distrito, através de pedido feito por lideranças políticas iguaçuanas, que solicitaram ao interventor federal no Estado do Rio de Janeiro, Plínio Casado.

Antes de sua emancipação política, a cidade de São João de Meriti, vizinha ao município caxiense, era vinculada à cidade-mãe Nova Iguaçu. Até mesmo o nome da antiga estação de trem de Duque de Caxias chamava-se Estação de Merity.

Figura 2 - Estação de Merity



Fonte: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto - Câmara Municipal de Duque de Caxias.

Pela sua privilegiada localização, como relatado anteriormente, e sua proximidade à capital Rio de Janeiro, Duque de Caxias tornou-se cidade dormitório e no início da década de 1940, segundo Lacerda (2003) já chegava a 100 mil habitantes.

Característica que perdura nos dias atuais já se fazia presente no município, como serviços públicos precários. Além disso, segundo o autor, *“considerando o crescimento populacional e sua dispersão pelo território, o efetivo policial era incapaz de proporcionar segurança aos moradores, abrindo espaço para práticas criminosas e à impunidade”*. Para tanto, a sua emancipação teria fator primordial para o desenvolvimento da cidade.

Nasce o município de Duque de Caxias em 31 de dezembro de 1943, ainda de acordo com Lacerda (2003), através, talvez, da convergência de diversos fatores, entre eles: interesses na reorganização territorial do Estado do Rio de Janeiro, em vista do crescimento demográfico e populacional de Duque de Caxias e considerando a oportunidade de arrecadação de tributos. Para Beserra da Silva (2003), a emancipação se deu “não só de ascensão econômica da elite local por eles representada, mas de toda a região e, por conseguinte, a deles próprios”.

Entre as décadas de 1940 a 1970, houve um enorme avanço populacional e econômico na cidade, com a criação da Rodovia Washington Luís (BR 040), além da chegada de empresas na região. Em 1947, segundo Souza (2003), São João de Meriti se emancipou de Duque de Caxias. Ainda segundo a autora, Duque de Caxias possuía a maior taxa de crescimento populacional e arrecadação da Baixada Fluminense. Souza (2003) afirma que na década de 1960 a população da cidade cresceu em 161%, transparecendo os investimentos ocorridos na cidade, com a criação das novas rodovias, da Refinaria Duque de Caxias e da Fábrica de Borracha (FABOR). Em contrapartida, segundo dados do IBGE expostos por Souza (2003), na década de 1950 o número de analfabetos era considerável e grande parte do corpo docente da rede municipal possuía apenas o nível primário ou ginasial.

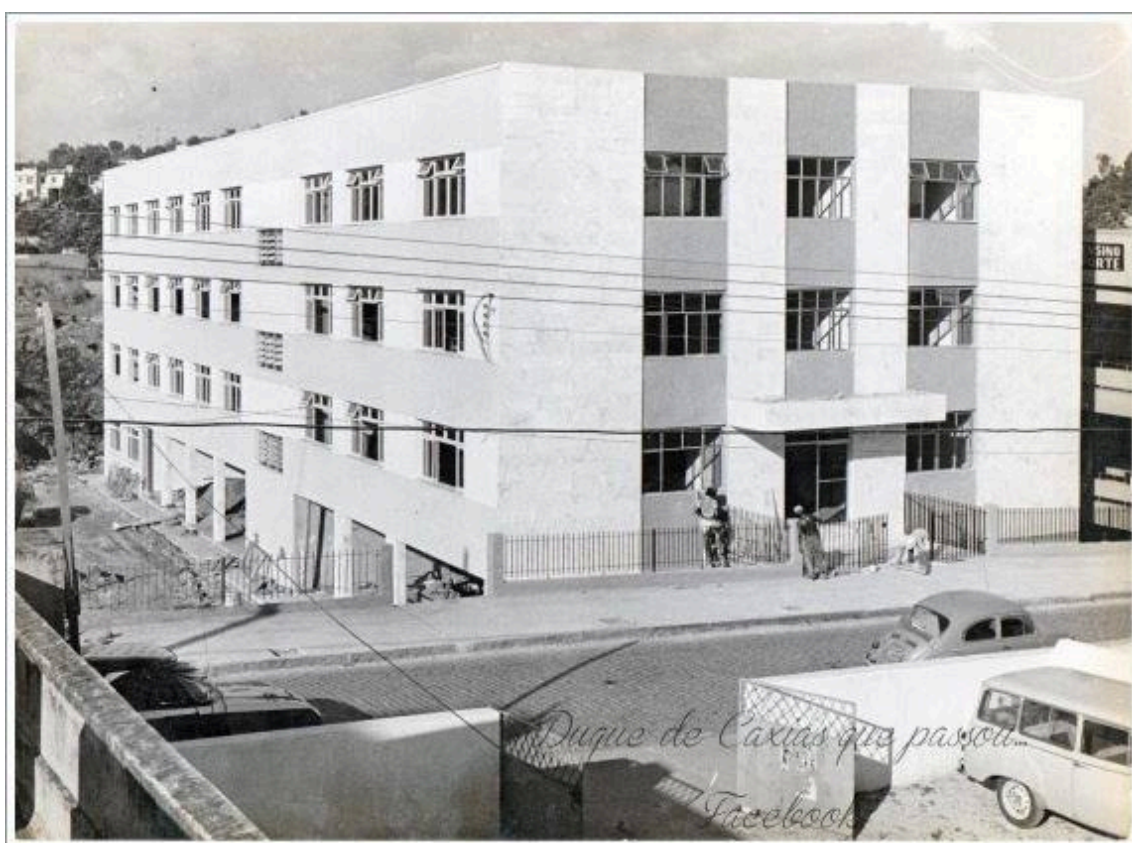
É notável nos estudos de historiadores da cidade, que Duque de Caxias é marcada por diferenças sociais e econômicas. Estes fatores foram essenciais

para o desenvolvimento do projeto de educação do Professor José de Souza Herdy, fundador da Universidade do Grande Rio.

A UNIGRANRIO iniciou seu trabalho em 1970, nas instalações do antigo colégio São Jorge, quando ainda denominava-se Associação Fluminense de Educação (AFE), onde seu fundador identificou a latente necessidade de promover a qualidade de vida, por meio da educação, para as pessoas da região, população marcada, até então, por fortes diferenças sociais e distanciamento cultural da capital do estado.

Na época em que a UNIGRANRIO foi fundada, para que pudessem ter acesso a um ensino superior de qualidade, os moradores da região necessitavam se deslocar para outras cidades da Baixada Fluminense, ou até mesmo para outras regiões do estado.

Figura 3 - Campus sede da UNIGRANRIO na década de 1970



Fonte: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto - Câmara Municipal de Duque de Caxias, década de 1970.

Figura 4 - Campus sede da UNIGRANRIO atualmente



Fonte: Universidade Unigranrio, 2016.

Figura 5 - Campus sede da UNIGRANRIO atualmente



Fonte: Universidade Unigranrio, 2017.

2.2 Breve Histórico da UNIGRANRIO

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (UNIGRANRIO, 2016b), dois anos depois de sua fundação, a UNIGRANRIO criou o Instituto Superior de Estudos Sociais com os cursos de Administração e Ciências Contábeis. No ano seguinte, em 1973, iniciaram os cursos de Letras e Pedagogia e segundo o *site* da universidade (UNIGRANRIO, 2019a), em 1974 surgiu o Centro Educacional de Duque de Caxias (CEDUC) como colégio de aplicação, que mais tarde passou a se chamar CAP UNIGRANRIO.

Na década seguinte foi criada a Faculdade de Ciências da Saúde, com os cursos de Odontologia, Enfermagem e Farmácia. Em seguida, a IES denominou-se Faculdades Unidas do Grande Rio com o curso de Ciências, com habilitações em Biologia, Matemática e Química.

Segundo o Relatório de Autoavaliação Institucional 2006 (UNIGRANRIO, 2006), em 1989, com o falecimento do fundador da universidade, Professor José de Souza Herdy, seu filho, Arody Cordeiro Herdy assumiu a direção da IES, dando continuidade ao projeto educacional.

Na década de 1990 houve a reestruturação do curso de Ciências, que foi desmembrado nos cursos de Ciências Biológicas, Matemática e Química, subdivididos em licenciaturas e bacharelados.

Em 1994, conforme o Plano de Desenvolvimento Acadêmico 2015-2019 (UNIGRANRIO, 2016b), as Faculdades Unidas do Grande Rio foram reconhecidas como universidade e passou a chamar-se Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy” – UNIGRANRIO. Ainda neste período foram criados os cursos de Direito, Informática e Secretariado Executivo. No ano seguinte, criou-se o curso de Medicina Veterinária e ao curso de Letras a habilitação em Inglês e Espanhol.

Nos anos 1990 a UNIGRANRIO estabelece seus três *campi* sede através da Portaria MEC nº 2.299, de 22 de dezembro de 1997, a saber: *Campus* I – Duque de Caxias, *Campus* II – Rio de Janeiro, *Campus* III – Silva Jardim. Segundo o *site* da universidade (UNIGRANRIO, 2019a), estabelece nesta década a criação dos cursos de Medicina e Fisioterapia.

Os anos 2000 iniciam o curso de Educação Física, em 2003 o curso de Serviço Social e os cursos superiores de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e Gestão de Marketing. No ano seguinte, criou-se o curso de Nutrição, Educação Artística – que se tornou Artes Visuais – e licenciatura em História. De acordo com o Relatório de Autoavaliação Institucional 2006 (UNIGRANRIO, 2006), no ano de 2004, em parceria com dois colégios tradicionais de Duque de Caxias, a UNIGRANRIO cria duas unidades, a saber: Unidade Duque e Unidade Casimiro de Abreu. Em 2005 foi criado o curso de Gestão Ambiental e o curso superior de tecnologia em Radiologia.

No ano de 2006 a universidade criou o *Campus IV* – Magé, localizado na baixada fluminense e a Unidade Carioca Shopping, localizada na zona norte da capital fluminense. Além disso, abriu os cursos de Engenharia de Produção, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética, Superior de Tecnologia em Logística, Engenharia de Produção e Engenharia de Petróleo e Gás.

Segundo documentos institucionais e os Relatórios de Autoavaliação Institucional (UNIGRANRIO, 2006) e (UNIGRANRIO, 2008), a universidade possuía em sua estrutura acadêmica três institutos e quatorze escolas, ilustrados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Estrutura Acadêmica

Institutos	• Biociências • Ciências Exatas e da Natureza • Humanidades
Escolas	• Ciências da Motricidade • Ciências, Tecnologia e Arte • Comunicação Social • Direito • Economia e Contabilidade • Educação • Enfermagem • Engenharia e Computação • Farmácia • Gestão e Negócios • Medicina • Medicina Veterinária • Odontologia

	• Serviço Social
--	--

Fonte: UNIGRANRIO, 2008.

Após a reestruturação ocorrida em agosto de 2008, a estrutura passou a ter um instituto e quatro escolas, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 - Nova Estrutura Acadêmica

Instituto	• Instituto de Estudos Fundamentais
Escolas	• Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades. • Ciência e Tecnologia • Ciências da Saúde • Ciências Sociais Aplicadas

Fonte: UNIGRANRIO, 2008.

Segundo o Relatório de Autoavaliação Institucional 2012 (UNIGRANRIO, 2013), em 2009 a universidade recebeu a comissão de avaliação do MEC designada para atuar no reconhecimento institucional.

No ano de 2011 a UNIGRANRIO criou os cursos de Engenharia Química, Superior de Tecnologia em Moda, Gestão Financeira, Redes de Computadores e Design Gráfico. Em 2012, acrescentaram os cursos de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Jornalismo e Teologia. Ainda no ano de 2012, já havia criado mais três *campi*, a saber: *Campus V* – São João de Meriti, *Campus VI* – Macaé e *Campus VII* – Nova Iguaçu, englobando grande parte do território da baixada fluminense. Além dos *campi*, a universidade inaugurou três unidades no município do Rio de Janeiro, são elas: Lapa, Vicente de Carvalho e Barra da Tijuca, esta última como uma unidade voltada à área da saúde.

Segundo Relatório de Autoavaliação 2014 (UNIGRANRIO, 2015), a UNIGRANRIO em 2014 passou a ofertar os cursos de Biomedicina e Engenharia Ambiental. Neste mesmo ano ocorreu o credenciamento para a modalidade de Educação a Distância (EaD), através da Portaria Ministerial nº159, de 19 de fevereiro de 2014. Logo em seguida, passou a ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu*, além dos cursos de Administração e Superior de Tecnologia em

Gestão de Recursos Humanos, todos na modalidade a distância. Neste período a universidade já conta com oito cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a saber: Administração (mestrado e doutorado), Biomedicina Translacional (mestrado), Biomedicina Translacional (doutorado), Ensino das Ciências na Educação Básica (mestrado profissional), Letras e Ciências Humanas (mestrado e doutorado) e Odontologia (mestrado).

Além dos *campi* e unidades já existentes, somam-se as unidades Irajá e Penha, ambos localizados na zona norte do Rio de Janeiro. Entre os anos de 2015 e 2016, segundo site da universidade (UNIGRANRIO, 2019b) e o Relatório de Autoavaliação Institucional 2017 (UNIGRANRIO, 2018a), a UNIGRANRIO integrou a Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça (FATENP), ao seu campo de atuação. A FATENP se estabeleceu como uma unidade independente, localizada na cidade de Palhoça, estado de Santa Catarina.

Ainda entre os anos de 2015 e 2016, segundo os documentos institucionais, com base em reformas estruturais na universidade e com a mudança da mantenedora de Sociedade para Companhia, foi criado o Grupo Educacional UNIGRANRIO, com o Reitor na posição de Diretor Presidente. Os serviços que antes eram ofertados isoladamente, como a Faculdade de Tecnologia Nova Palhoça, o Colégio de Aplicação, o Núcleo de Educação a Distância (NEaD), a Policlínica Duque de Caxias (PDC) e laboratórios foram reorganizados e passaram a fazer parte do grupo educacional. Todo esse esforço, segundo Relatório de Autoavaliação Institucional 2017 (UNIGRANRIO, 2018), possibilitou integrar as diferentes áreas de atuação da universidade, consubstanciando com sua missão: “Promover a qualidade de vida, tendo como instrumento básico o processo educacional”.

Atualmente conta com 43 cursos de graduação presencial agrupados em 4 grandes áreas, a saber: Ciências da Saúde; Ciência e Tecnologia; Ciências Sociais Aplicadas; e Ciências da Educação. Possui 1 reitoria e 4 pró-reitorias: Pró-reitoria de Administração Acadêmica (PROAC); Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD); Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPEP) e; Pró-reitoria de Pós-graduação *Latu Sensu* e Extensão (PROPEX). A Reitoria da UNIGRANRIO congrega setores de confiança, como a Comissão de Carreira Docente (CCD) - que cuida de toda operacionalização de contratação docente e

alocação das turmas –, uma Assessoria de Advocacia, uma Assessoria de Desenvolvimento Acadêmico (ADESA) - responsável pela gestão e acompanhamento dos processos avaliativos externos, considerando a abertura de protocolo de cursos, suas respectivas avaliações pelo MEC até o processo de publicação das portarias em diário oficial – e por fim, em conjunto ao setor de Desenvolvimento Acadêmico está localizada a CPA UNIGRANRIO – que é responsável por todo o processo de avaliação interna, acompanhamento das providências, devolutivas e prestação de contas à comunidade e ao Ministério da Educação, por meio das visitas avaliativas. A universidade ainda possui um Núcleo de Educação a Distância que conta com 24 cursos de graduação.

A Universidade do Grande Rio, tem como seu principal serviço a oferta de ensino, no âmbito da educação superior. Além de promover o ensino, por sua natureza, produz conhecimento e o propaga. Ela oferece em seu conjunto de serviços, cursos de graduação presencial, graduação a distância, pós-graduação *lato sensu*, pós-graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico, profissional e doutorado), pesquisa e cursos extensão. A graduação apresenta cursos alocados em quatro grandes áreas de conhecimento. Estes cursos são divididos em graduação tradicional e tecnológica, além de sua separação por modalidades. Atualmente alguns cursos são oferecidos a distância ou de modo semipresencial. Esta estrutura pode ser observada no quadro a seguir.

Quadro 3 - Cursos de Graduação

Área de Conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas	
Curso	Local de Oferta
Administração	Duque de Caxias, Santa Cruz da Serra, Lapa, Carioca, Magé, São João de Meriti, Macaé e Nova Iguaçu e EaD
Ciências Contábeis	Duque de Caxias, Lapa, Carioca, São João de Meriti
Direito	Duque de Caxias, Lapa e Nova Iguaçu
Jornalismo	Duque de Caxias
Publicidade e Propaganda	Duque de Caxias

Secretariado Executivo	Duque de Caxias
Serviço Social	Duque de Caxias e EaD
Superior de Tecnologia em Design de Moda	Duque de Caxias
Superior de Tecnologia em Design Gráfico	Duque de Caxias
Superior de Tecnologia em Gestão Comercial	EaD
Superior de Tecnologia em Gestão Financeira	Duque de Caxias
Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	Duque de Caxias, Santa Cruz da Serra, Carioca, Magé, São João de Meriti e Nova Iguaçu e EaD
Superior de Tecnologia em Logística	Duque de Caxias, Santa Cruz da Serra e Nova Iguaçu e EaD
Superior de Tecnologia em Marketing	EaD
Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais	EaD
Área de Conhecimento: Ciências da Saúde	
Curso	Local de Oferta
Biomedicina	Barra da Tijuca, Duque de Caxias e Nova Iguaçu
Ciências Biológicas Bacharelado e Licenciatura	Duque de Caxias, Nova Iguaçu e EaD
Educação Física Bacharelado e Licenciatura	Duque de Caxias e EaD
Enfermagem	Barra da Tijuca, Duque de Caxias e Nova Iguaçu
Farmácia	Duque de Caxias e Nova Iguaçu
Fisioterapia	Duque de Caxias e Nova Iguaçu

Medicina	Barra da Tijuca e Duque de Caxias
Medicina Veterinária	Duque de Caxias
Nutrição	Duque de Caxias e Nova Iguaçu
Odontologia	Barra da Tijuca e Duque de Caxias
Psicologia	Barra da Tijuca, Duque de Caxias e Nova Iguaçu
Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética	Barra da Tijuca e Duque de Caxias
Superior de Tecnologia em Radiologia	Duque de Caxias e Nova Iguaçu
Área de Conhecimento: Ciência e Tecnologia	
Curso	Local de Oferta
Arquitetura e Urbanismo	Duque de Caxias
Engenharia Ambiental	Duque de Caxias
Engenharia Civil	Duque de Caxias, Nova Iguaçu e EaD
Engenharia de Petróleo e Gás	Duque de Caxias
Engenharia de Produção	Duque de Caxias, Nova Iguaçu
Engenharia Química	Duque de Caxias
Física - Licenciatura	EaD
Informática - Licenciatura	Duque de Caxias
Química - Licenciatura e Bacharelado	Duque de Caxias e EaD
Sistemas de Informação	Duque de Caxias
Superior Tecnologia Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Duque de Caxias e EaD
Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental	Duque de Caxias e EaD
Superior Tecnologia em Redes de Computadores	Duque de Caxias e EaD

Área de Conhecimento: Ciências da Educação	
Curso	Local de Oferta
Artes Visuais	Duque de Caxias
História	Duque de Caxias e EaD
Letras - Português / Inglês	Duque de Caxias
Letras - Português	EaD
Matemática - Licenciatura	Duque de Caxias e EaD
Pedagogia	Duque de Caxias e EaD
Teologia	Duque de Caxias e EaD

Fonte: Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, 2018.

A pós-graduação *stricto sensu* é composta por 6 programas de mestrado e doutorado. Ao todo são 9 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, conforme quadro a seguir.

Quadro 4 - Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	
Programa	Nível
Administração	Mestrado e Doutorado
Biomedicina Translacional	Mestrado e Doutorado
Ensino das Ciências na Educação Básica	Mestrado Profissional
Humanidades, Culturas e Artes	Mestrado e Doutorado
Odontologia	Mestrado Profissional
Odontologia Clínica e Experimental	Doutorado

Fonte: Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO, 2018.

Na pós-graduação *Lato Sensu*, os cursos são agrupados em níveis de MBA, aperfeiçoamento e especialização. Na universidade do Grande Rio, a *Lato Sensu* apresenta uma proposta diferenciada, tendo como caminhos “facilitar o desempenho” (do aluno) e “permitir que todos assumam novos desafios e caminhos na carreira”. A estrutura está ilustrada a seguir:

Quadro 5 - Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	
Curso	Nível
Gestão Avançada	MBA
Gestão Essencial com Ênfase em Marketing, Logística e Finanças	MBA
Gestão Essencial com Ênfase em Recursos Humanos, Logística e Finanças	MBA
Gestão Essencial com Ênfase em Recursos Humanos, Marketing e Finanças	MBA
Gestão Essencial com Ênfase em Recursos Humanos, Marketing e Logística	MBA
Finanças e Gestão Tributária	Especialização
Gestão de Marketing e Finanças	Especialização
Gestão de Pessoas e Finanças	Especialização
Gestão de Pessoas e Logística Integrada	Especialização
Gestão de Processos e Finanças	Especialização
Gestão de Processos e Logística	Especialização
Gestão de Processos e Marketing	Especialização
Gestão de Processos e Pessoas	Especialização
Gestão Estratégica de Pessoas e Marketing	Especialização
Gestão Financeira e Logística	Especialização
Ciências do Laboratório Clínico e Diagnóstico In Vitro	Especialização
Enfermagem em Urgência e Emergência	Especialização
Estética	Especialização
Farmácia Hospitalar e Clínica	Especialização
Gestão Hospitalar	Especialização
Docência do Ensino Superior e Finanças	Especialização
Docência do Ensino Superior e Logística	Especialização
Docência do Ensino Superior e Pessoas	Especialização
Psicologia Organizacional	Especialização
Endodontia	Especialização
Farmácia Hospitalar e Oncológica	Especialização
Implantodontia	Especialização
Odontopediatria	Especialização
Ortodontia	Especialização
Periodontia	Especialização
Reprodução Humana Assistida Clínico	Especialização
Reprodução Humana Assistida Laboratorial	Especialização

Cirurgia Bariátrica e Metabólica	Especialização
Gestão de Políticas Sociais e Violência Contra Crianças e Adolescentes	Especialização
Gestão de Processos e Docência do Ensino Superior	Especialização
Psicopedagogia Institucional e Clínica	Especialização
Gestão e Controle Ambiental	Especialização
Direito Material e Processual do Trabalho	Especialização
Direito Penal e Processo Penal	Especialização
Direito Tributário	Especialização

Fonte: UNIGRANRIO, 2018.

A UNIGRANRIO, nos últimos anos, segundo documentos institucionais, como Plano de Desenvolvimento Acadêmico (PDI) e Relatórios de Autoavaliação Institucional, buscou o seu desenvolvimento e expansão. Atualmente atua em dez *campi* e unidades próprios e em 47 polos parceiros de educação a distância, conforme quadro a seguir:

Quadro 6 - *Campi* e Unidades

Campus I – Duque de Caxias
Campus II – Rio de Janeiro – Lapa
Campus III – Silva Jardim
Campus IV – Magé
Campus V – São João de Meriti
Campus VI – Macaé
Campus VII – Nova Iguaçu
Unidade Barra da Tijuca
Unidade Carioca Shopping
Unidade Santa Cruz da Serra

Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Acadêmico, 2019.

Quadro 7 - Polos Parceiros

Polo XI – Palhoça/SC	Polo XXXVII – Teresópolis
Polo XIII – Três Rios	Polo XXXVIII – Bauru
Polo XIV – Ilha do Governador	Polo XXXIX – Matozinhos
Polo XV - Vilar dos Teles	Polo XL – Vila Velha
Polo XVI – Barra Mansa	Polo XLII – São Gonçalo
Polo XVIII – Valença	Polo XLII – Itaocara
Polo XIX – Madureira	Polo XLV – Petrópolis
Polo XXI – Taquara	Polo XLVI – São Fidélis
Polo XXII – Cosmos	Polo XLVII – Alcântara
Polo XXIII – Austin	Polo LI – Anápolis
Polo XXIV – Sepetiba	Polo LIII – Nilópolis
Polo XXV – Pedra de Guaratiba	Polo LIV – Rio Bonito
Polo XXVI – Campo Grande	Polo LV – Araruama
Polo XXVII – Cordeiro	Polo LVI – São Lourenço
Polo XXVIII – Duartina	Polo LVII – Guaçuí
Polo XXIX – Saracuruna	Polo LXIII – Grajaú
Polo XXX – Saquarema	Polo LXIV – Varginha
Polo XXXII – Engenheiro Pedreira	Polo LXV – Itaboraí
Polo XXXIV – Angra dos Reis	Polo LXVII – Belo Horizonte
Polo XXXV – Niterói	Polo LXVIII – Vilar dos Teles
Polo XXXVI – Fragoso	

Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Acadêmico, 2019.

2.3 A avaliação na Universidade do Grande Rio

Segundo o Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA 2006 (UNIGRANRIO, 2006), a UNIGRANRIO já possuía antes mesmo da criação das Comissões Próprias de Avaliação, o seu espírito avaliativo. Afirma, ainda, que ao ser incorporada como universidade, sua transformação se deu a partir desta cultura de avaliação, levando em consideração sua premissa por busca da qualidade institucional e valorização da tríade ensino - pesquisa - extensão.

Por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (UNIGRANRIO, 2016b), a UNIGRANRIO se pauta na concepção de diretrizes

estratégicas com foco no aluno, onde ele tem papel principal, obtendo, por meio dos esforços institucionais, a melhor experiência de utilização do serviço educacional oferecido pela universidade, consequentemente levando consigo uma melhor experiência de ensino-aprendizagem.

Aliado aos objetivos institucionais, a UNIGRANRIO busca a qualidade através da melhor experiência de seus serviços oferecidos aos alunos. Seja ela no ensino, pesquisa e extensão. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (UNIGRANRIO, 2016b), a universidade se baseia em seus valores institucionais que procuram:

- Não se determinar por barreiras geográficas e se guiar pela legislação, a *“educação, a saúde e o desenvolvimento científico-tecnológico, econômico-social e ambiental”*, vetores essenciais na busca pela qualidade de vida e convívio em sociedade; e
- Promover competências necessárias para as demandas do mercado, atendendo às constantes mudanças sociais e formativas.

Havia um grupo de docentes na Universidade do Grande Rio que já possuía familiaridade com o tema avaliação e participavam ativamente nos processos avaliativos. Eles representavam o Núcleo de Avaliação da universidade, conforme nos mostra o Relatório de Autoavaliação Institucional CPA 2006 (UNIGRANRIO, 2006). Segundo ele, este núcleo funcionava como “como órgão suplementar da Universidade, com a finalidade de instruir, no âmbito da Instituição, um sistema de avaliação geral permanente, como estratégia para a melhoria da qualidade”.

Segundo documentos institucionais (UNIGRANRIO, 2004), na década de 1990, as avaliações na universidade eram isoladas, desenvolvidas pelos Institutos e Escolas como rotina da gestão acadêmica. Somente a partir de 27 de julho de 1998, ainda segundo estes documentos, criou-se o Núcleo de Avaliação Institucional da UNIGRANRIO, citado anteriormente. Entre seus objetivos estavam:

- I. Implementação do processo de avaliação acadêmica e política da IES, objetivando a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão;
- II. Realização de permanente diagnóstico dos cursos, a fim de identificar fragilidades e potencialidades, além de fazer uso dos dados para promover mudanças, bem como atender às exigências mercado;
- III. Criação de autocrítica na universidade, por meio da autoavaliação, com objetivo de “garantir a qualidade da ação universitária”; e
- IV. Desenvolver a cultura avaliativa através da sensibilização da comunidade interna e externa para a manutenção da qualidade.

De acordo com os relatórios institucionais (UNIGRANRIO, 2004), participavam do Núcleo de Avaliação Institucional, diretores das Escolas e Institutos e seis professores da IES, designados pelo Reitor. Este grupo era analisado por um comitê executivo.

Foram feitas alterações na Resolução CONSEPE nº 13/99, a fim de possibilitar que a avaliação servisse como ponto de partida para “propostas e concepções pedagógicas” (UNIGRANRIO, 2004). Para tanto, foram priorizados esforços neste projeto. O Núcleo de Avaliação Institucional trabalhou na “implementação, execução e avaliação” do sistema de avaliação criado na universidade.

No início dos anos 2000, o Núcleo, citado outrora, passou a integrar as Comissões Setoriais, que elaboravam diretrizes pedagógicas e operacionais para o projeto. O documento institucional (UNIGRANRIO, 2004) cita as seguintes atividades desenvolvidas por essas Comissões:

- I. Elaboração de diretrizes e normas para a implementação das mudanças no sistema da avaliação da aprendizagem;
- II. Elaboração de orientações técnicas para a construção dos instrumentos da 3ª avaliação (avaliação suplementar);
- III. Análise técnica de provas elaboradas pelos professores de cada disciplina;

- IV. Análise Estatística dos resultados dos alunos por disciplina e por curso;
- V. Análise do nível de dificuldade dos itens, por disciplina;
- VI. Análise comparativa do conteúdo programático de cada disciplina em relação à abordagem realizada pela prova;
- VII. Análise dos processos de revisão de provas e de 2ª chamada, e determinação de providências que se fizeram necessárias;
- VIII. Reuniões sistemáticas com os professores para planejamento e avaliação da 3ª avaliação (avaliação suplementar); e
- IX. Localização das dificuldades dos alunos em relação ao conteúdo programático de cada disciplina, a partir do levantamento do número de acertos e erros por questão.

Após estas mudanças e no término efetivo da construção do sistema de avaliação da aprendizagem, o Núcleo de Avaliação Institucional buscou avaliar a pertinência e o impacto do trabalho realizado durante este período de implementação do sistema.

Nos anos de 2001 e 2002 o Núcleo de Avaliação Institucional conduziu a avaliação e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação (PPC), além da avaliação institucional, realizada por curso, com os discentes da universidade. Em 2003, ainda segundo os documentos institucionais (UNIGRANRIO, 2004), a IES estruturou uma comissão permanente em cada unidade acadêmica, com intuito de avaliar “o rendimento das disciplinas”, considerando as aprovações, reprovações e os resultados da 3ª avaliação (avaliação suplementar). Além disso, os docentes puderam ser avaliados. Ainda no ano de 2003, os gestores das unidades acadêmicas organizaram grupos por área de conhecimento, com o objetivo de discutir as diretrizes curriculares, considerando a avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão que os diferentes cursos haviam realizado.

Em 2004, com a criação da lei do SINAES e a institucionalização das Comissões Próprias de Avaliação nas IES, foi destituído o Núcleo de Avaliação Institucional que existia na universidade e criou-se a Comissão Própria de

Avaliação da UNIGRANRIO, em conformidade à orientação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), segundo Plano de Desenvolvimento Acadêmico 2015-2019 (UNIGRANRIO, 2016b).

3 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIGRANRIO

Neste capítulo 3, abordo o avanço obtido no Brasil em relação a avaliação, de maneira global. Além disso, o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação da UNIGRANRIO e como propiciou um novo caminho avaliativo dentro da universidade.

Sem dúvidas, também é de extrema importância analisarmos as contribuições que as Tecnologias de Informação e Comunicação (*TIC's*) tiveram para a evolução e amadurecimento da CPA da UNIGRANRIO, além de sua grande influência em todo o mundo através dos anos.

3.1 Os avanços das tecnologias de comunicação e informação para a sociedade

As tecnologias têm um avanço significativamente rápido e trazem consigo consequências determinantes para o ser-humano. Essas características podem ser observadas através dos estudos de Mattar (2013), Kenski (2012), Levy (1999), Santaella (2003) e Valente e Mattar (2007). Importante destacar que as obras dos autores citados anteriormente são de grande contribuição para a análise do estudo.

Para Levy (1999) é incoerente dizermos que as tecnologias nos apresentam um impacto, pois para o autor, nos remete a uma “metáfora bélica”. É certo que em um primeiro momento a tecnologia foi recebida, sobretudo nos anos 2000 como uma concepção de impacto. Para tanto, penso além do impacto de uma tecnologia que venha ao nosso encontro, compartilhando do pensamento de Levy, e com isso, acredito na concepção de uma convergência, onde as tecnologias não surgem de outro tempo e espaço e simplesmente ameaçam nossa cultura. Essas ideias trazem à luz os estudos do comunicólogo Henry Jenkins (2009).

A convergência pode ser definida pela interseção das tecnologias, de modo que através de suas ligações e da naturalização dessas concepções,

tenhamos pouco a pouco uma cultura modificada. Uma experiência de vida definida por meio deste universo digital. Para Jenkins (2009), a convergência representa um diferente conceito em relação à utilização dessas mídias, pois não se baseia na transposição de um conteúdo de uma mídia a outra, mas sim, uma forma de se estabelecer propriamente no ciberespaço, uma nova cultura que se forma através do espaço tecnológico.

Podemos compreender que a convergência não se deve valer somente de dispositivos ou ferramentas eletrônicas, mas do uso e da vivência em torno delas, como fundamento de evolução e transformação da ciência a fim de propor melhorias para o mundo.

Levy (1999) mostra o conceito de ciberespaço, onde os indivíduos participam ativamente, formando uma inteligência coletiva. Esse conceito pode ser largamente entendido nos dias atuais com os grupos que se inserem nas redes sociais e fóruns para criar essa inteligência. Os usuários procuram grupos, os quais se identifiquem e possam se comunicar, socializar, até mesmo solucionar problemas relacionados ao seu cotidiano.

Diante um contexto histórico, para analisarmos o que a tecnologia nos apresenta hoje, observemos que no início dos anos 2000, a internet no Brasil ainda se apresentava muito tímida nos lares, pois o custo ainda era enorme para que pudessem possuir um computador pessoal. Da mesma maneira com a internet, que era restrita a pequenos grupos. Anos mais tarde, com o surgimento da *Web 2.0*, construiu-se uma nova forma de utilização da internet, com interfaces mais amigáveis e melhor interação entre os usuários, como afirma Mattar (2013). Eles já não entravam na internet, mas sim, estavam nela. Dessa forma, sites de exposição de fotos, streaming de músicas, vídeos e redes de relacionamento se tornaram comuns, pois os indivíduos começaram a produzir, divulgar e consumir seus próprios conteúdos.

O ciberespaço se tornou mais presente por conta dos dispositivos móveis. O ser humano, como afirma Levy (1999), foi condicionado por suas técnicas. O dispositivo não é o que determinará o futuro, mas o próprio ser, fazendo uso dessas técnicas, fundamentadas no digital, fará com que surjam diversas

mudanças no dia a dia, na forma de pensar o mundo e, conseqüentemente, no curso da humanidade.

Em um primeiro momento os computadores revolucionaram a forma como trabalhávamos ou nos divertíamos. Anos depois, vieram os smartphones, com suas funções semelhantes aos computadores pessoais, possibilitando ler *e-mails*, acessar sites, além de fotografar, filmar, visualizar vídeos, ouvir músicas, entre tantas outras funções agregadas ao longo de sua evolução.

O desenvolvimento tecnológico possibilitou a conversação entre as diversas ferramentas e programas disponíveis atualmente, com isso, se torna mais difícil nos desvencilharmos da teia digital. Segundo Kenski (2012) hoje nos deparamos com a vertiginosa evolução de tecnologias voltadas ao meio virtual. Elas não são muitas vezes materializadas, e se mantêm no digital, alterando a forma como lidamos com as pessoas e com o mundo.

O futuro da tecnologia digital, sem dúvidas é direcionado às informações. De modo geral, à produção, veiculação e exposição delas. Observamos esta prática em diversas empresas atualmente. Muitas delas começam com desenvolvimento de aplicativos, visando facilitar a vida de seus usuários. Empresas como, *Ifood* e *Uber*, se mantêm no virtual, oferecendo serviços de entrega de refeições e transporte, respectivamente. Em geral, elas possuem escritórios localizados ao redor do mundo. Kenski (2012) nos mostra o pensamento de Castells em relação à cultura digital, afirmando que

Como nossa prática é baseada na comunicação, e a internet transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia da comunicação”
(CASTELLS, 2003, p. 10)

A educação assume um papel extremamente importante no desenvolvimento tecnológico, pois sem o incentivo à pesquisa não seria possível atingir o alto nível de estudos na área. Para a educação, a tecnologia abre horizontes para novas formas de se trabalhar nas instituições de ensino.

As escolas, centros especializados e universidades cada vez mais fazem uso dos dispositivos e programas para o trabalho da educação. Diversas

ferramentas físicas e digitais surgem para facilitar o ensino e de certa forma, diminuir a distância entre professor e aluno.

Podemos observar a educação a distância que agregou distintas formas de interação com os educandos. Valente e Mattar (2007) nos mostram que a EaD, assim como a própria *web*, sofreu mudanças, entre elas principalmente sua forma de interação com os usuários. O avanço das ferramentas digitais trouxe os ambientes virtuais de aprendizagem, permitindo agrupar metodologias já utilizadas para outros fins, como por exemplo os blogs, que permitem criar um grupo de conteúdos de interesse comum ou segmentado, gerando uma maior possibilidade de interação. Os vídeos e *streamings* permitiram a grande aproximação com os alunos, trazendo não só voz, como imagem em tempo real. Além disso, fóruns para interação entre os usuários.

Um dos desafios atuais é a corrida pela alfabetização digital, ou seja, compreender e saber utilizar as inúmeras ferramentas e dispositivos disponíveis. Principalmente os idosos são os que procuram essa alfabetização, por não terem nascido ou convivido desde cedo com essas tecnologias. A maioria dos jovens têm grande facilidade na usabilidade e compreensão desses sistemas e ferramentas, pois vivem a tecnologia digital no dia a dia.

Como Coutinho e Lisbôa (2011) nos mostram, alguns estudiosos afirmam que a sociedade da informação trouxe uma ruptura na estrutura moderna. Embora essa informação seja real, siga os conceitos de Santaella (2003), onde ela demonstra que não houve uma separação de uma era para outra, mas sim, agregou-se e utilizou-se de características pré-existentes para que surgissem outras culturas pautadas nas tecnologias da informação e comunicação. Os indivíduos não deixaram de fazer uso de antigas tecnologias, elas foram adaptadas às realidades atuais. As tecnologias foram se adaptando, assim como suas funções, para atender aos diversos interesses cotidianos.

A pós-modernidade ou modernidade tardia, descrita por Hall (2005), ou para Augé (1994), supermodernidade, apresenta características do processo de globalização, com os constantes avanços tecnológicos e disparidades sociais. A pós-modernidade também apresenta mudanças na sociedade, conforme recebe

diversas informações e as vai assimilando e refletindo, em busca de novas concepções.

Desde o advento da industrialização, o mundo passa por constantes evoluções. Todo o processo de globalização trouxe ao mundo um rompimento das barreiras geográficas e temporais. A internet sobretudo, nos permitiu esse rompimento e nos possibilitou que emergissem novas identidades culturais.

O lugar, até então tomado como um espaço de valor simbólico e sentimental, hoje já vai absorvendo novos sentidos. As pessoas se comunicam em diferentes lugares ao redor do globo e em tempos distintos. Povos se conhecem e interagem entre si, através das tecnologias de comunicação e se mantêm atualizadas em tempo real sobre todo o tipo de acontecimento, através das informações geradas na grande rede. Para Augé (1994), a história caminha rapidamente, justamente por conta da internet e sua grande quantidade de conteúdo, além disso, sua definição de supermodernidade indica que não se deve tratar como uma ruptura histórica, mas considerar sua continuidade.

Toda essa aceleração e evolução facilitou o aparecimento do individualismo e da valorização das segmentações. Essa busca, por outro lado, trouxe à luz a busca por grupos com anseios e gostos específicos. Além dos grupos que têm entre si, vontade de reencontrar suas origens, de retornar aos sentimentos primordiais de sua etnia, onde Hall (2005) define como sendo a busca pela tradição. Outras pessoas buscam entrelaçar suas experiências de vida, culturas e transformar em novas identidades, desprovidas de conceituação ou rotulação, sendo definidas como tradução.

A evolução tecnológica e a globalização, possibilitou o desenvolvimento de uma nova cultura, baseada na informação e na comunicação, utilizando-se as ferramentas digitais. Essas mudanças trouxeram significativas contribuições para o modo como nos relacionamos e como pensamos a educação. Para tanto, a qualidade da educação se torna primordial, tendo em vista os diferentes caminhos e possibilidades de acesso à informação e ao conhecimento.

3.2 A Comissão Própria de Avaliação no uso de suas atribuições

Segundo Relatório de Autoavaliação Institucional 2017 (UNIGRANRIO, 2018a), na UNIGRANRIO, a CPA é formada por um presidente, representantes técnico-administrativos, representantes dos professores, alunos, representantes da sociedade civil e uma secretária executiva. Além disso, a CPA ainda possui representação de *campus*, por se tratar de uma universidade *multicampi*, com isso, cada gestor de *campus* atua como ponto focal, no contato com os diversos segmentos que convivem nesses espaços.

Atualmente a comissão possui em sua estrutura, 32 membros designados por meio da Portaria GRU Nº 15/18, de 01 de março de 2018 homologada pelo Magnífico Reitor, conforme quadro abaixo:

Quadro 8 - Composição CPA UNIGRANRIO

Segmentos
Presidente
Representação do Corpo Técnico-Administrativo
Representação do Corpo Docente
Representação do Corpo Discente
Representação de <i>Campus</i>
Representação da Sociedade Civil
Secretária Executiva

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2018.

Ainda dentro dessa composição, existe uma subcomissão, composta por 10 membros, que cuidam da elaboração de relatórios e instrumentos de avaliação, bem como da coleta e análise dos dados das, cerca de 12, avaliações aplicadas anualmente, segundo Relatório de Atividades CPA 2018 (UNIGRANRIO, 2018b).

O Relatório de Autoavaliação Institucional (UNIGRANRIO, 2006, p. 11, 12) nos mostra que no ano de 2005, foi entregue ao MEC o Projeto de

Autoavaliação Institucional, visando apresentar os indicadores estabelecidos, como: Projeto Institucional, Normas e Diretrizes Internas, Estrutura Física e Organizacional e Qualidade Acadêmica. Neste mesmo ano foi realizada a primeira avaliação, com participação do corpo discente, docente, gestores, colaboradores e sociedade civil, iniciando o ciclo anual de avaliações, como conhecemos atualmente.

Numa sociedade que a tudo e a todos classifica e escalona, é fundamental perseguir a relação pedagógica adequada com avaliação. E dentro do campo metodológico que a tudo e a todos quer mensurar, é essencial apontar para a centralidade da qualidade da aprendizagem. (DEMO, 2010, p. 79).

Segundo Relatório de Autoavaliação Institucional 2017 (UNIGRANRIO, 2018a) e o Relatório Síntese das Atividades do Comitê Executivo do Núcleo de Avaliação Institucional da UNIGRANRIO (UNIGRANRIO, 2004), desde a criação da UNIGRANRIO, ela trouxe consigo uma cultura avaliativa e durante os anos de atuação, têm procurado desenvolvê-la compromissada com a transparência e sigilo das informações.

O Relatório de Autoavaliação Institucional 2006 (UNIGRANRIO, 2006) aponta que após a constituição da CPA a autoavaliação da IES seria focada nos seguintes indicadores:

- Projeto Institucional;
- Normas e Diretrizes Internas;
- Estrutura Física e Organizacional; e
- Qualidade Acadêmica.

Ainda segundo o relatório (UNIGRANRIO, 2006), após as discussões com a comunidade acadêmica, a CPA preparou três questionários de avaliação, a fim de abranger funcionários, professores, alunos, sociedade civil e egressos. Estes questionários foram disponibilizados em meio digital, através do portal acadêmico. Somente a avaliação da sociedade civil não foi realizada por meio digital. Esta foi disponibilizada em papel. Houve também a preparação de questionários de avaliação específicos aos pró-reitores, diretores de unidades acadêmicas e coordenação de curso, também disponibilizado em papel.

Neste mesmo ano de 2006, houve a análise dos relatórios institucionais como Plano de Desenvolvimento Pedagógico (PDI), Plano de Desenvolvimento Político Pedagógico Institucional (PPPI) e relatórios anuais das Escolas e Institutos. Além disso, foi feito um mapeamento dos projetos na área de pesquisa, extensão e pós-graduação.

A CPA da UNIGRANRIO, ainda de acordo com o Relatório de Autoavaliação Institucional 2006 (UNIGRANRIO, 2006), desenvolveu uma identidade visual, citada anteriormente e, junto ao setor de comunicação e marketing, criou a campanha de divulgação da Avaliação Institucional, a fim de sensibilizar a comunidade acadêmica.

A campanha trabalhou a concepção de *teaser*, que segundo Cabral (2003), “consiste em técnica publicitária de geração de expectativa no mercado consumidor”. Neste sentido, foram preparadas peças publicitárias, disponibilizadas em cartazes em formato A3 e espalhadas pelo campus, a fim de transmitir os princípios básicos da avaliação institucional, conforme figuras 6, 7 e 8.

Figura 6 - Peça Publicitária 1



Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2006.

Figura 7 - Peça Publicitária 2



Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2006.

Figura 8 - Peça Publicitária 3



Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2006.

Além dos cartazes, com o objetivo de sensibilizar a comunidade acadêmica dos objetivos da autoavaliação, foi instituído o Dia da Avaliação Institucional, realizado no dia 10 de março de 2006. Computadores foram espalhados pelo *campus* em pontos estratégicos de grande circulação e orientado por funcionários da IES, no preenchimento on-line da avaliação institucional. O site institucional apresentava os objetivos da CPA, bem como as atividades desenvolvidas pela comissão.

Ainda segundo o Relatório de Autoavaliação Institucional 2006 (UNIGRANRIO, 2006), mostra que no ano de 2005 houve a avaliação dos pró – reitores, diretores de unidades acadêmicas e coordenação de curso, a fim de obter dados para análise das propostas e do projeto de avaliação que prosseguiria em 2006. Segundo o relatório, o resultado da avaliação foi de extrema importância para as tomadas de decisão a nível de desenvolvimento dos instrumentos avaliativos e na descoberta do engajamento dos gestores avaliados.

Segundo o referido relatório (UNIGRANRIO, 2006), a partir da análise dos dados obtidos na avaliação dos gestores, a CPA pôde identificar fragilidades que prontamente foram atendidas, como a necessidade de um (re)dimensionamento ou realocação do espaço físico às Pró-reitorias e aos setores indiretamente envolvidos, como, a falta de ampla divulgação do estatuto e regimento. Na avaliação das coordenações de cursos puderam identificar a defasagem na elaboração dos PPC's em relação à expectativa dos discentes e das exigências do mercado, sendo, depois, reestruturado.

Segundo os Relatórios de Autoavaliação Institucional (UNIGRANRIO, 2008), (UNIGRANRIO, 2009), (UNIGRANRIO, 2010), (UNIGRANRIO, 2011), e (UNIGRANRIO, 2012), nos anos seguintes, a CPA deu continuidade à autoavaliação sistemática e permanente, tendo por objetivo identificar os pontos fracos e fortes e possibilitar a busca pela qualidade educacional.

Os anos de 2009 e 2010 foram marcos para a CPA, com a criação do *Click* Avaliação e do Observatório de Avaliação, Gestão e Políticas Educacionais, conforme Relatório de Autoavaliação Institucional (UNIGRANRIO,

2010). Houve também a reorganização de funções da comissão, além da busca de novas formas de interação e aproximação da comunidade acadêmica.

Nos meses de março e novembro de 2009 foi realizado o *Click Avaliação*, evento realizado em todos os *campi* e unidades da universidade, envolvendo professores, funcionários e alunos, a fim de desmistificar a avaliação institucional fria, distante e sem providências efetivas. No evento, com o envolvimento de coordenadores de curso, gestores dos *campi* e unidades, da Agência Escola de publicidade Marco Zero e do Departamento de Tecnologia de Informação (DTI), alunos do curso de Comunicação Social, previamente instruídos estiveram presentes com *notebooks*, abordando o público e os orientando no preenchimento da avaliação que consistia em uma única pergunta e cinco alternativas de resposta, conforme fig. 9 e 10.

Figura 9 - 1º Click Avaliação

CPA
Comissão Própria de Avaliação
Avaliação Institucional

UNIVERSIDADE
UNIGRANRIO

O que mais lhe agrada na UNIGRANRIO?

- 1 - Convivência interna
- 2 - Eventos realizados
- 3 - Instalações e equipamentos
- 4 - Princípios e valores institucionais
- 5 - Professores qualificados

0000 votos nesta unidade

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2009.

Figura 10 - 2º Click Avaliação



Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2009.

Na primeira avaliação, segundo Arana *et al* (2013), o resultado apontou que a opção “Professores qualificados” foi a preferência dos alunos, seguida por “Convivência interna”. Na segunda avaliação, a opção mais escolhida foi “Foco no mercado de trabalho”, seguida por “Atividades extracurriculares”. Após a avaliação, a CPA realizou a análise dos dados e identificou que além da afirmação dos alunos com a satisfação em relação à boa qualificação dos professores e convivência interna, também se fazia importante a oferta de cursos de graduação com currículo inovador e que atendesse as exigências de mercado.

No ano seguinte, segundo o Relatório de Autoavaliação Institucional 2013 (UNIGRANRIO, 2014) a CPA logrou êxito na criação do grupo de pesquisa certificado pelo CNPq, intitulado Observatório de Avaliação, Gestão e Políticas Educacionais, com diversas publicações, disponíveis na página da comissão, no site institucional.

Segundo Relatório de Autoavaliação Institucional 2013 (UNIGRANRIO, 2014), com o grupo de pesquisa, obteve aprovação em quatro eventos, com destaque para a participação no Seminário Regional sobre Autoavaliação Institucional CPA's 2013, compondo a mesa como experiência exemplar. Ainda

assim, a partir do ano de 2014, a CPA da UNIGRANRIO buscou novas metodologias e formas de interação com a comunidade acadêmica, considerando os constantes avanços das tecnologias digitais e das mudanças culturais da comunidade acadêmica.

3.3 O Uso das TIC's pela Comissão Própria de Avaliação da UNIGRANRIO

Na última década, como exposto anteriormente, as tecnologias digitais trouxeram e ainda trazem mudanças significativas na cultura global, de forma constante. Para Silva, Monteiro e Bergamaschi (2015), a revolução tecnológica “vai transformando os modos de ser, fazer e de conhecer. Promovendo uma mudança da sociedade da informação para sociedade do conhecimento, conforme também expõe Coutinho e Lisbôa (2011). Nesse sentido, a sociedade se utiliza dos avanços tecnológicos para a educação e essas mudanças foram perceptíveis, principalmente, ao longo dos últimos 10 anos.

Segundo o Relatório de Autoavaliação Institucional 2014 (UNIGRANRIO, 2015), a CPA buscou novas metodologias e formas de interação com a comunidade acadêmica. Para isso, manteve ativo um blog, com divulgação dos eventos que participava, reuniões, avaliações, entre outros assuntos. Através de orçamento próprio adquiriu uma licença de utilização da plataforma de questionários, *Survey Monkey*, com objetivo de obter tabulações em tempo real, mais interatividade e obter mais dinamicidade na realização de avaliações. Neste mesmo ano a CPA iniciou as reuniões de visita *In Loco*, que consistia em visitas sistemáticas aos *campi* e unidades para a realização de grupos focais com alunos de diferentes cursos, períodos e modalidades. Após as avaliações, eram desenvolvidos os relatórios (REVL) que serviria de base para a tomada de providências.

Estas visitas permitiam dar “vez e voz” aos alunos, desenvolvendo o caráter democrático e dialógico da autoavaliação. Segundo o Relatório de Autoavaliação Institucional 2017 (UNIGRANRIO, 2018), estas visitas *in loco*

foram realizadas sem interrupções, durante o segundo semestre de cada ano, conforme fig. 11.

Figura 11 - Visitas In Loco 2014-2018

2º Semestre de 2014



2º Semestre de 2015



2º Semestre de 2016



2º Semestre de 2017



2º Semestre de 2018



Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2018.

Ao longo destes 15 anos, diversas metodologias foram utilizadas e atribuídas ao *knowhow*⁵ da CPA. O avanço da tecnologia e a popularização da internet trouxe novos desafios à universidade como um todo. A CPA da UNIGRANRIO crescia e se solidificava nesse terreno, trabalhando para o desenvolvimento pedagógico.

Com a considerável presença dos recursos digitais na sociedade, a comissão passou a adotar novas maneiras de chegar ao público e através dos investimentos realizados na universidade, pôde realizar as avaliações por meio do sistema desenvolvido pela Divisão de Tecnologia da Informação da UNIGRANRIO. A CPA necessitava se modernizar e procurou assumir esta tarefa.

Para dar conhecimento sobre as providências tomadas em relação aos resultados da avaliação institucional, a CPA dispunha de uma carta resposta, onde através dela, realizava a devolutiva referente ao processo avaliativo da comunidade acadêmica.

Esta carta era enviada por meio impresso, mas para este novo público tecnológico, já não se tornava tão eficaz. Desenvolveu-se, então, uma carta em formato digital, enviada através de *e-mail marketing* e via portal do aluno, além de uma versão impressa, disponibilizada em cartazes, nos murais dos *campi* e unidades.

Conforme os Relatórios de Autoavaliação Institucional 2016 (UNIGRANRIO, 2017) e o Relatório de Atividades CPA 2017 (UNIGRANRIO, 2017), observa-se a mudança visual na carta resposta da CPA. Para que a carta não mantivesse uma aparência fria e distante ao alunado, ela recebeu um *layout* diferenciado, para que pudesse, através de uma linguagem publicitária, atrair a atenção da comunidade acadêmica, conforme fig. 12 e 13.

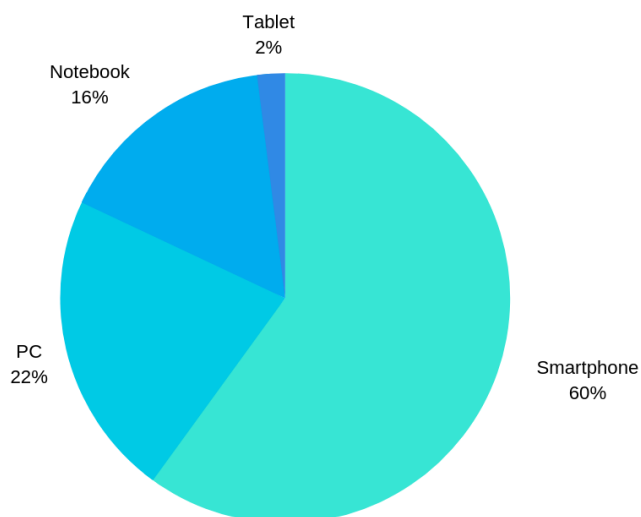
⁵ Termo técnico de língua inglesa que significa o saber-fazer, ou seja, o conhecimento adquirido e praticado.

Figura 12 - Mudança de visual da Carta Resposta

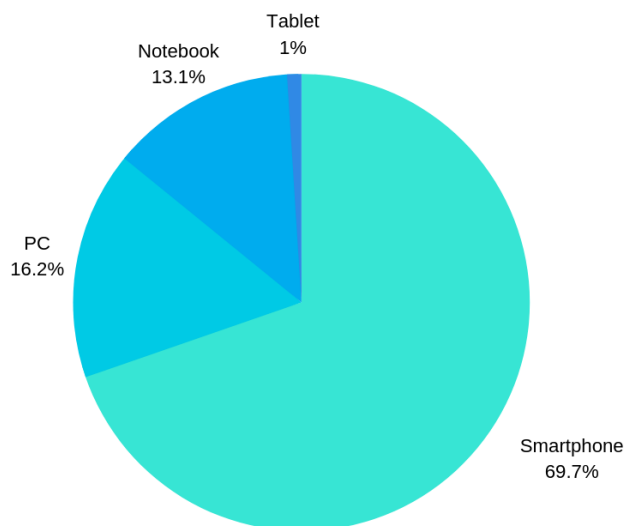


Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2019.

A CPA da UNIGRANRIO, em sinergia com as mudanças culturais e o crescente uso das ferramentas digitais, além de já possuir um contato via e-mail, entendeu que necessitava se aproximar da comunidade acadêmica e fazer parte deste meio. Nesse sentido, adquiriu um *smartphone* com contato com alunos, professores, funcionários e público externo, por meio do aplicativo de mensagens, *WhatsApp*. Segundo resultados da última Avaliação Institucional da CPA, realizada em março de 2018, grande parte dos alunos da graduação utilizam o *smartphone* como principal dispositivo de acesso à internet, uma evolução considerável, se comparado aos anos anteriores, conforme gráficos 1, 2 e 3, a seguir.

Gráfico 1 - 7ª Avaliação Institucional – CPA UNIGRANRIO**QUAL O DISPOSITIVO EM QUE
MAIS ACESSA A INTERNET?**

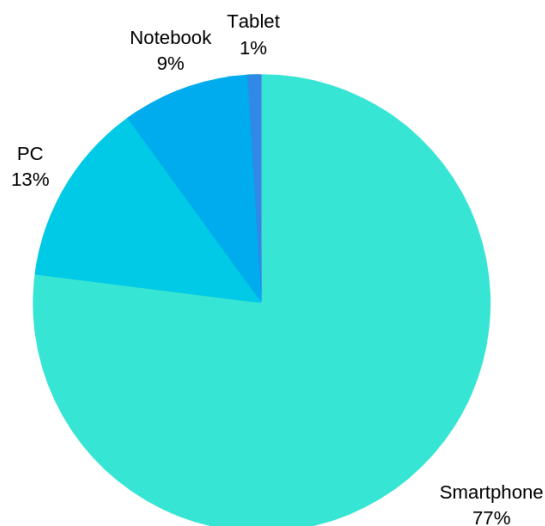
Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2016.

Gráfico 2 - 8ª Avaliação Institucional - CPA UNIGRANRIO**QUAL O DISPOSITIVO EM QUE
MAIS ACESSA A INTERNET?**

Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2017.

Gráfico 3 - 9ª Avaliação Institucional - CPA UNIGRANRIO

**QUAL O DISPOSITIVO EM QUE
MAIS ACESSA A INTERNET?**



Fonte: Comissão Própria de Avaliação, 2018.

Para Alencar *et al.* (2015),

A tendência é o aumento do uso das tecnologias móveis na educação, pois a interatividade e o estreitamento de relações entre aluno, professor e instituição está se tornando a solução para muitos problemas de comunicação. (p. 789)

Corroborando com as avaliações da CPA e Alencar *et al.* (2015), nota-se que as tecnologias digitais auxiliam na comunicação entre a comunidade acadêmica e possibilitam um novo nível de interatividade. As três últimas avaliações foram realizadas, respectivamente nos anos de 2016, 2017 e 2018. Percebe-se que a quantidade de alunos cresce expressivamente no uso de *smartphones*, reafirmando a tendência na utilização dos dispositivos portáteis, conforme expõe Alencar *et al.* (2015),

Percebe-se que os alunos utilizam constantemente o WhatsApp, dessa maneira ele torna-se um grande facilitador quando necessita-se de uma ferramenta para avisos, compartilhamento de informações e um esclarecedor de dúvidas, tanto por parte dos professores, da instituição ou do aluno. (p. 789)

3.4 Metodologia utilizada

Como já exposto no início deste trabalho, optou-se pela abordagem qualitativa e pela pesquisa documental e pesquisa de campo. Documental, pois a coleta de dados foi feita através das próprias avaliações já aplicadas pela CPA, considerando também os diversos materiais e documentos, como relatórios institucionais, relatórios de avaliação, artigos científicos que a comissão produziu ao longo destes anos.

Foi realizada uma pesquisa de campo, levando em consideração a natureza da pesquisa. Foi desenvolvido um instrumento de avaliação para estas entrevistas e adquiriu-se a natureza semiestruturada, onde segue-se um roteiro, mas se mantém abertura para que novas indagações surjam e novos rumos sejam tomados durante a coleta das informações.

As entrevistas buscaram sanar dúvidas sobre a trajetória da CPA, sobretudo nos últimos 5 anos, suas conquistas e desafios, além de averiguar o que a comissão pôde desenvolver e contribuir ao longo desses anos, além de coletar dados a respeito de fragilidades que possam ser observadas.

As coletas de dados foram realizadas por meio do questionário supracitado, com perguntas norteadoras e registradas por meio de um gravador de áudio, para que as falas pudessem ser transcritas de maneira fidedigna e sem distorções. Em um dos casos não houve gravação de áudio, para tanto a fala foi respondida por meio escrito.

Foram realizadas 3 entrevistas, tendo o critério de escolha pelos segmentos representativos da CPA. Para os segmentos da comissão, foram entrevistados um representante docente, um membro da sociedade civil e um membro técnico-administrativo, levando em consideração a abrangência dos setores da universidade. Todos os entrevistados se fizeram presentes nesses últimos 5 anos.

A CPA da UNIGRANRIO possui em sua estrutura 32 membros dos segmentos docente, discente, técnico-administrativo, sociedade civil e pela natureza da universidade como instituição *multicampi* – além das atribuições definidas pela Lei do SINAES -, esta CPA possui a representação de campus, onde os gestores de *campi* e unidades são membros da comissão. Destes 32

membros que representam a comissão plena, 10 deles conduzem os processos avaliativos e se reúnem ordinariamente, mensalmente e extraordinariamente, semanalmente. Esta estrutura é organizada como um comitê executivo, representado pelos segmentos docente, técnico-administrativo e sociedade civil. A escolha dos 3 entrevistados se deu pela representatividade dos membros da comissão em seu comitê executivo, no sentido de se obter capilaridade nas 3 entrevistas, citadas anteriormente.

A representação do corpo discente foi realizada através de uma meta-avaliação, com falas colhidas dos relatórios de visita aos *campi* e unidades realizadas anualmente pela CPA. Outra possibilidade levada em consideração foi a realização de uma meta-avaliação com as falas de avaliadores do MEC, nas visitas de reconhecimento, autorização e renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

3.5 A importância das Comissões Próprias de Avaliação para o ensino superior brasileiro

De acordo com Bardin (1977),

Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração. (p. 21)

Neste sentido, as entrevistas puderam expor características similares em parte das falas. Notou-se que em uma delas, realizada com um membro técnico-administrativo, revelou a considerável pertinência das Comissões Próprias de Avaliação na identificação e diagnóstico dos pontos fracos e fortes nos cursos de graduação das universidades. Fala que aparece em outros discursos.

Na entrevista realizada com uma professora, membro do corpo docente, a participante expõe que mesmo antes da criação das Comissões Próprias de Avaliação, o país já estudava propostas de formas de avaliações das Instituições de Ensino Superior. A entrevistada afirma que as CPA's contribuíram para o processo de sistematização da autoavaliação, além da padronização de instrumentos.

Interessante ressaltar na entrevista a importância dada às contribuições que as Comissões Próprias de Avaliação puderam oferecer às instituições, no sentido de diagnosticar e evidenciar a necessidade de oxigenação de currículos, implementação de metodologias mais voltadas ao alunado.

A entrevista com o membro da comunidade pôde levantar importantes dados acerca do interesse do professor José de Souza Herdy, fundador da UNIGRANRIO, pela qualidade e pela avaliação, despertados na busca por desenvolver a cultura local, sobretudo a educação para uma população marcada pelas diferenças sociais. Conforme fala do entrevistado, a UNIGRANRIO

era um espaço que Duque de Caxias não tinha. Duque de Caxias era conhecida pelo [jornal] luta democrática que se publicava crimes.
(membro da sociedade civil em entrevista)

Nas três entrevistas realizadas identificou-se a notória importância das Comissões Próprias de Avaliação para as IES no Brasil e a necessidade de uma constante qualidade na educação. Importante ressaltar que dois dos entrevistados relataram sobre a constante busca pela qualidade educacional que a UNIGRANRIO possuía, através da autoavaliação, desde seus primeiros anos de existência.

3.6 O uso das TIC's pela Comissão Própria de Avaliação

Bardin (1977), nos diz que

a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente *desviar* o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. (p. 41)

De acordo com os dados obtidos a partir das entrevistas feitas com os membros docente, técnico-administrativo e sociedade civil, podemos destacar a percepção sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação pela CPA, com o objetivo de agregar novas metodologias e uma maior aproximação de alunos, professores, funcionários e comunidade.

Conforme exposto pela professora entrevistada, “comparando o início da caminhada da CPA UNIGRANRIO (2004) com a realidade após quinze anos (2019), percebemos um aprimoramento constante e crescente”. Pode-se notar a sua satisfação em relatar a forma como eram realizadas inicialmente as avaliações. Realizando um comparativo entre as primeiras avaliações realizadas pela CPA e as últimas, segundo relato da docente, a Comissão Própria de Avaliação da UNIGRANRIO pôde evoluir consideravelmente na quantidade de instrumentos avaliativos ao longo de sua atuação, além de aumentar o quantitativo de respondentes e o processo de coleta, análise e comunicação dos resultados. A seguir, evidencia-se, segundo documentação da CPA da UNIGRANRIO, a programação de avaliações que são aplicadas durante o ano:

1. Avaliação do Ingressante;
2. Avaliação Institucional – Alunos;
3. Avaliação Institucional – Professores;
4. Avaliação Institucional – Funcionários;
5. Prévia do Questionário ENADE;
6. Avaliação dos Coordenadores de Curso;
7. Avaliação dos Gestores de *Campi* e Unidades;
8. Avaliação da Pós-Graduação *Lato Sensu*;
9. Avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*;
10. Avaliação do Internato de Medicina;
11. Avaliação do Docente pelo Discente na Disciplina;
12. Avaliação do Egresso.

De acordo com dados obtidos dos relatórios da CPA, podemos observar na avaliação dos alunos uma pequena queda na participação, considerando os últimos 3 anos, mas devemos notar que também houve uma relativa queda no universo do alunado. Destaca-se a avaliação institucional aplicada aos docentes e funcionários que obteve um crescimento exponencial, corroborando com as falas da comunidade acadêmica em relação ao desenvolvimento de uma cultura avaliativa na universidade. Para a avaliação realizada pelos docentes, houve um crescimento de 21% na adesão à Avaliação Institucional. Na avaliação dos

funcionários, apesar da baixa adesão, percebeu-se um crescimento de 18% na participação. Entende-se que os funcionários ainda possuem certo receio em participar da avaliação, mesmo relatando o total compromisso com o sigilo das informações. Em outros casos, existe a possibilidade de muitos funcionários não terem o hábito de acessar o portal acadêmico, por onde a avaliação institucional é realizada. Neste sentido, torna-se necessário atribuir novos mecanismos de chegar a este público, além de uma segmentação na comunicação sobre a importância da autoavaliação, com objetivo de construir uma cultura avaliativa cada vez mais enraizada no ambiente acadêmico da UNIGRANRIO.

Em uma entrevista com a representante técnico-administrativo, nota-se uma fala voltada ao ambiente de sua atuação, mas destaca-se a utilização das metodologias e avaliações da CPA da UNIGRANRIO, através das tecnologias de informação e comunicação para a divulgação de treinamentos em bases de dados de livros virtuais, que consiste em um treinamento aos alunos em tecnologias de bibliotecas virtualizadas.

Tornou-se evidenciado nas entrevistas o levantamento das possibilidades para a CPA, como um trabalho mais próximo aos egressos. De acordo com a entrevista da docente, a CPA ainda precisa analisar e estruturar uma forma de chegar aos alunos egressos. Esta mesma característica foi notada na entrevista com o membro da sociedade civil. O entrevistado expôs em sua fala o fato de haver um mecanismo mais efetivo para a aproximação do corpo de discentes. Diferente das falas anteriores, a membro do corpo técnico-administrativo demonstrou satisfação com a atuação da CPA, junto aos alunos.

3.7 A pertinência da CPA na UNIGRANRIO para a melhoria da qualidade institucional

Furtado e Laperrière (2010) nos dizem que a finalidade da meta-avaliação é “ajudar a avaliação a realizar o seu potencial” e compreendem

como potencialidades de um processo avaliativo: auxiliar a qualificação do objeto avaliado; empoderar os grupos de interesse envolvidos; e, gerar subsídios para o contínuo aprimoramento teórico e prático do campo da avaliação. (p. 696)

Segundo as falas dos entrevistados, a cultura avaliativa é ponto primordial para a manutenção da melhoria da qualidade dos serviços prestados na UNIGRANRIO. Através da pesquisa participante e de campo, destacam-se nas falas, algumas conquistas obtidas através das avaliações da Comissão Própria de Avaliação da universidade, como a implementação de aparelhos de ar-condicionado nas salas de aula. Considera-se a primeira grande providência da comissão para a UNIGRANRIO, identificada nas primeiras avaliações com o corpo discente. Outra conquista observada foi a de melhoria do plano de cargos e salários, mas que ainda precisa ser estudado e melhorado, segundo entrevista.

Embora a Comissão Própria de Avaliação tenha uma ótima atuação no diagnóstico das necessidades da comunidade acadêmica, percebeu-se, também, com a realização das entrevistas a necessidade de uma maior atenção à realidade das demandas do alunado, por parte da gestão superior, além de uma visão holística em relação à infraestrutura, a ponto de suprir as necessidades da comunidade. Notou-se, ainda, a necessidade de uma busca por melhores formas de visibilidade da comissão, apesar da quantidade considerável de ferramentas, evidencia-se a possibilidade de uma integração de mecanismos de visibilização da Comissão Própria da UNIGRANRIO. De acordo com a fala dos alunos, há o conhecimento de grande parte das providências tomadas, mas sem que se tenha ciência do trabalho que é feito pela CPA, de coleta das informações e diagnóstico das potencialidades e fragilidades apontadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E FUTUROS TRABALHOS

O trabalho de autoavaliação é sem dúvidas imprescindível para a busca da excelência educacional, mas devemos nos atentar que os resultados obtidos nesta pesquisa são apenas uma pequena parte de um expressivo esforço em busca da qualidade.

Podemos compreender que mesmo com resultados satisfatórios em relação ao trabalho desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação da UNIGRANRIO, ainda há um trabalho pela frente, considerando que o ser humano está em constante evolução cultural.

As tecnologias e ferramentas digitais, que hoje são tão importantes para o convívio social, possivelmente terão um papel cada vez mais relevante na sociedade moderna. Neste sentido, será necessário se (re)adequar constantemente a estas mudanças de realidade e à inerente necessidade da avaliação para a manutenção da qualidade dos serviços.

Este estudo buscou realizar um trabalho à luz da pertinência e importância da Comissão Própria de Avaliação da UNIGRANRIO para a qualidade dos serviços prestados na UNIGRANRIO, através da análise e dos pontos de vistas de diversos atores internos e externos à IES.

Notou-se que esta Comissão Própria de Avaliação possui uma operacionalização e organização singular, pois realiza não tão somente o que a Lei do SINAES ordena, mas atua como uma comissão de avaliação interna que se propõe a conduzir os processos avaliativos, promover a divulgação e produção de conhecimento através de seu grupo de pesquisa, Observatório de Avaliação, Gestão e Políticas Educacionais. Além disso, trabalha em parceria com setores acadêmicos e de gestão da universidade, produzindo dados para melhoria da qualidade educacional e melhoria de inserção no mercado, além da constante busca pela excelência do foco no cliente, expresso em seus objetivos institucionais.

Pretende-se, ainda, com este trabalho, promover um estudo mais profundo da avaliação educacional no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação

da Educação Superior – SINAES, contribuindo para um projeto de ampliação e melhoria deste sistema. Espera-se também que este estudo sirva de subsídio para a própria UNIGRANRIO e, possivelmente, para outras Instituições de Ensino Superior que queiram e almejam a excelência na educação, através da integração entre a comunidade acadêmica e externa e tomando por base a autoavaliação institucional, permeado pelos mecanismos de avaliação externa, confluindo na permanente inclinação à melhoria dos serviços educacionais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gersica Agripino *et al.* *WhatsApp* como ferramenta de apoio ao ensino. In: Anais dos Workshops do IV Congresso Brasileiro de Informática na Educação-CBIE, 2015, Porto Alegre – RS. IV Congresso Brasileiro de Informática na Educação-CBIE, 2015.

ANDREOLI, Taís Pasquotto; BASTOS, Livia Tiemi. *Gestão da qualidade: melhoria contínua e busca pela excelência*. Curitiba: InterSaberes, 2017.

ARANA, Andressa Maria Freire da Rocha *et al.* *Avaliação Institucional na UNIGRANRIO: relato de uma caminhada*. In: Seminários Regionais sobre Autoavaliações e Comissões Próprias de Avaliação-INEP, 2013, São Paulo. Seminários Regionais sobre Autoavaliações e Comissões Próprias de Avaliação-INEP, 2013.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.

AUGUSTO, Rosana. *A autoavaliação institucional na visão dos coordenadores das Comissões Próprias de Avaliação das instituições de ensino superior de Campinas*. Campinas. 2007. 155. Mestrado em Educação – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – São Paulo.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. "SINAES" contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Educ. Soc.* [online]. 2006, vol.27, n.96, p.955-977.

BESSERA DA SILVA, Helenita Maria. A emancipação política do município de Duque de Caxias. Revista Pilares da História, Duque de Caxias – RJ, ano II, nº03, p. 28-36, 2003.

BRASIL. Decreto nº2.026, de 10 de outubro de 1996. Estabelece procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil – Seção 1 – 11/10/1996, página 20.545, Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, 2003.

_____. Portaria nº 2.051, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, 2004a.

_____. Casa Civil. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2004b.

_____. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior. Brasília. 2004. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, DF, 2004c.

_____. Roteiro de auto-avaliação institucional 2004: orientações gerais. Brasília. 2004d.

CABRAL, André Luiz Cavalcanti. Aspectos jurídicos da publicidade. Prim@facie, João Pessoa, ano 2, n. 2, p. 129-144, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.ccj.ufpb.br/primafacie>>. Acesso em: 03 de março de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. Hoje. Duque de Caxias – RJ, 2019. Disponível em: < https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155>. Acessado em: 03 de março de 2019.

CAMAZ, Fernando Ribeiro. Duque de Caxias - Rio de Janeiro: contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Espaço e Economia [Online], São Gonçalo – RJ, ano IV, nº7, 2015.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. Educação superior e o mercado de serviços educacionais. Revista e-Curriculum, vol. 12, núm. 1, janeiro-abril, 2014, pp. 898-924.

COUTINHO, Clara; LISBÔA, Eliana – sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. Revista de Educação, Vol. XVIII, nº 1, 2011, pag 5 – 2.

CURY, Carlos R. J. Prefácio. In: OLIVEIRA, Maria A. Monteiro (org.). Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. A globalização e os desafios para os sistemas nacionais: agenda internacional e práticas educacionais nacionais; Goiás, RBPAE – v. 33, n. 1, p. 015 – 034, jan./abr. 2017.

DEMO, Pedro. Conhecer & aprender: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. Mitologias da Avaliação. São Paulo: Autores Associados, 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Qualidade, Avaliação: Do sinais a índices. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.13, n. 3, p. 817- 825, nov. 2008.

_____. Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? / José Dias Sobrinho. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

DUSSEL, Enrique. Filosofia da Libertação. México: Editorial Edicol, S. A., 1977.

ESTEBAN, Maria Teresa. Escola, Currículo e Avaliação. São Paulo: Cortez, 2003.

FERRI, Cássia; SOUZA, Fernanda; CORREA, Marianna. Educação Superior Brasileira: Um olhar sobre a articulação entre contexto histórico, regulação e avaliação. p. 102-121, In: Raimundo Hélio Leite, Karlane Holanda Araújo e Lucas Melgaço da Silva (Org.) – Avaliação Educacional: Estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia – Fortaleza: EdUECE, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Juarez Pereira; Laperrière, Hélène. Parâmetros e paradigmas em meta-avaliação: uma revisão exploratória e reflexiva. Revista Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, v. 17, nº3, 2010.

GALDINO, Mary Neuza Dias. A Autoavaliação Institucional no Ensino Superior como Instrumento de Gestão. Fundação CESGRANRIO/ Universidade do Grande Rio. XXV Simpósio Brasileiro II Congresso IBERO-AMERICANO de

Políticas e Administração da Educação. Jubileu de Ouro da ANPAE, no período de 26 a 29 de abril de 2011.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISPINO, Izabel Sadalla. Exame nacional de cursos, o “provão”. Izabel Sadalla Grispino. São Paulo, 2000. Disponível em: < http://izabelsadallagrispino.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1211>. Acessado em: 27 de novembro de 2018.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10ª ed. São Paulo: Aleph, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Brasil em síntese. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>>. Acessado em: 03 de março de 2019.

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KENSKI, V. M. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LACERDA, Stélio José da Silva. A emancipação política do município de duque de caxias (uma tentativa de compreensão). Revista Pilares da História, Duque de Caxias – RJ, ano II, nº03, p. 9-27, 2003.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen. Marketing de Serviços: pessoas, tecnologia e resultados. Tradução de Arlete Simile Marques; Revisão técnica de Edson Crescitelli. – 5. Ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

_____. Marketing de Serviços: pessoas, tecnologia e estratégia. Tradução de Sônia Midori Yamamoto. – 7. Ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MARTINS, Letícia Martins de; RIBEIRO, José Luis Duarte. Engajamento do estudante no ensino superior como indicador de avaliação. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 223-247, mar. 2017.

MASSEY, Doreen. Geometrías del poder y la conceptualización del espacio. Conferencia dictada em la Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2007.

MATTAR, João. Web 2.0 e Redes Sociais na Educação. São Paulo: Artesanato Cultural, 2013.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes PAIUB (Programa de Avaliação Institucional). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/paiub-programa-de-avaliacao-institucional/>>. Acesso em: 15 de jan. 2017.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade? Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

PACHECO, Eliezer. Avaliação participativa: perspectivas e desafios / Organização: Dilvo Ristoff, Vicente de Paula Almeida Júnior. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

PAIXÃO, Marcia Valéria. Inovação em produtos e serviços [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014.

PINHEIRO, Joaquim Antônio. A biblioteca escolar no contexto da escola inclusiva. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares) – Universidade Aberta, Lisboa - Portugal.

RENAUD, Marc e PATRÍCIO, Maria Teresa – Universidades: controvérsias não resolvidas e novas expectativas, p. 53-78, In: Gustavo E. Fischman (Org.) – A Universidade Imaginada, Rio de Janeiro, NAU, 2012.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, ano I, nº I, julho de 2009: 1-15.

SANTAELLA, Lucia. Culturas e artes do pós-moderno: da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SILVA, Antônio Ozaí da. Maurício Tragtenberg e a Pedagogia Libertária. São Paulo. 2004. 226. Doutorado em Educação – Universidade de São Paulo – São Paulo.

SILVA, E. L. ; MONTEIRO, F. A. ; BERGAMASCHI, M. P. Um caminho para a aplicação da Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação. Unisanta Humanitas , v. 4, p. 46-57, 2015.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a Uma Ecologia de Saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, Outubro 2007: 3-46.

SOUZA, Marlúcia dos Santos. Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. Revista Pilares da História, Duque de Caxias – RJ, ano II, nº03, p. 37-53, 2003.

UNIGRANRIO. Comitê Executivo UNIGRANRIO. Relatório síntese das atividades do Comitê Executivo do Núcleo de Avaliação Institucional da UNIGRANRIO. Duque de Caxias, 2004.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Relatório de Autoavaliação Institucional CPA. Duque de Caxias, 2006.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Relatório de Autoavaliação Institucional CPA 2008. Duque de Caxias, 2008.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Relatório de Autoavaliação Institucional CPA 2012. Duque de Caxias, 2013.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Relatório de Autoavaliação Institucional CPA 2013. Duque de Caxias, 2014.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Relatório de Autoavaliação Institucional CPA 2014. Duque de Caxias, 2015.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Relatório de Autoavaliação Institucional CPA 2015. Duque de Caxias, 2016a.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. Duque de Caxias, 2016b.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Relatório de Autoavaliação Institucional CPA 2017. Duque de Caxias, 2018a.

_____. Comissão Própria de Avaliação. Relatório de Atividades CPA 2018. Duque de Caxias, 2018b.

_____. A instituição. Duque de Caxias – RJ, 2019. Disponível em: <<http://unigranrio.com.br/institucional/instituicao.php>>. Acessado em: 03 de março de 2019a.

_____. Palhoça - SC. Duque de Caxias – RJ, 2019. Disponível em: <<http://unigranrio.com.br/unidades/fatenp.php>>. Acessado em: 03 de março de 2019b.

VALENTE, Carlos e MATTAR, João. Second life e Web 2.0 na educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias/Carlos Valente, João Mattar. São Paulo: Novatec. Editora, 2007. Capítulo 01.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.52, p. 291-310, jul./set. 2006.

XAVIER, Antonio Carlos da R. A Gestão da Qualidade e a Excelência dos Serviços Educacionais: Custos e Benefícios de sua Implantação. Brasília - DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); 1996. Texto para discussão nº408. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos; Trad. Daniel Grassi – 2. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO I – CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO SEDIADORA



CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO SEDIADORA

Declaramos para os devidos fins, que concordamos em disponibilizar o(s) setor(es) da UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO “PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY” – UNIGRANRIO, para o desenvolvimento das atividades referentes ao Projeto de Pesquisa, intitulado: **UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO PARA A MELHORIA DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS PRESTADOS NA UNIGRANRIO** do pesquisador **EMERSON ROSA SANTANA**, sob a responsabilidade do Professor orientador Dr. Angelo Santos Siqueira, do Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes, no curso de Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes, da UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO “PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY” – UNIGRANRIO, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Duque de Caxias, 03 de dezembro de 2018.



Prof. Carlos de Oliveira Varella
Pró-Reitor de Administração Acadêmica da Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy” - UNIGRANRIO

UNIGRANRIO – UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – “PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY”, cadastrada no MEC sob o nº 472.
Campi dotados de autonomia: Campus I (Duque de Caxias) • Campus II (Rio de Janeiro) • Campus III (Silva Jardim)
Demais Campi: Campus IV (Magé) • Campus V (S.J. Meriti) • Campus VI (Macaé) • Campus VII (Nova Iguaçu)

Sede Principal

⁶ A presente carta de anuência foi assinada pelo Pró-Reitor de Administração Acadêmica da Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy” – UNIGRANRIO, antes da defesa de qualificação, onde houve a sugestão de alteração do título da pesquisa que antes chamava-se “Um estudo de caso sobre as contribuições da Comissão Própria de Avaliação para a melhoria dos serviços educacionais prestados na UNIGRANRIO” para “Comissão Própria de avaliação em IES: um estudo de caso sobre a CPA da UNIGRANRIO”.

ANEXO II – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Título da Dissertação: COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO EM IES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CPA DA UNIGRANRIO

Roteiro para entrevista:

1. Qual a importância das Comissões Próprias de Avaliação para a melhoria da qualidade do Ensino Superior no Brasil?
2. Qual a sua percepção em relação ao trabalho que é desenvolvido pela CPA da UNIGRANRIO no uso de diferentes tecnologias de informação e comunicação?
3. Qual foi o papel da CPA da UNIGRANRIO para a melhoria da qualidade dos serviços da instituição? Ela tem contribuído para essa melhoria? Como você vê essa contribuição?

ANEXO III – LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004 - PLANALTO



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

Conversão da MPv nº 147, de 2003

Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do [art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#).

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

§ 2º O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no **caput** deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

§ 1º Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no **caput** deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa **in loco**.

§ 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

§ 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

§ 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7º A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9º Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

§ 11. A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;

VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII – realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 7º A CONAES terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante do INEP;

II – 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;

III – 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;

IV – 1 (um) representante do corpo discente das instituições de educação superior;

V – 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;

VI – 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;

VII – 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

§ 1º Os membros referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pelos titulares dos órgãos por eles representados e aqueles referidos no inciso III do **caput** deste artigo, pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O membro referido no inciso IV do **caput** deste artigo será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros referidos nos incisos V a VII do **caput** deste artigo serão nomeados pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do art. 13 desta Lei.

§ 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do **caput** deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.

§ 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

§ 6º Os membros da CONAES exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

Art. 8º A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 9º O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

- I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;
- II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;
- III – a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;
- IV – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º O protocolo a que se refere o **caput** deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.

§ 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

- I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;
- II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;
- III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

§ 4º Da decisão referida no § 2º deste artigo caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação.

§ 5º O prazo de suspensão da abertura de processo seletivo de cursos será definido em ato próprio do órgão do Ministério da Educação referido no § 3º deste artigo.

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

- I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
- II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Art. 12. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 13. A CONAES será instalada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Quando da constituição da CONAES, 2 (dois) dos membros referidos no inciso VII do **caput** do art. 7º desta Lei serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos.

Art. 14. O Ministro de Estado da Educação regulamentará os procedimentos de avaliação do SINAES.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se a [alínea a do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#), e os [arts 3º e 4º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995](#).

Brasília, 14 de abril de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.4.2004

*